

Relatório da
Administração
2010

Apresentação

Em 2010, a economia brasileira apresentou vigorosa recuperação, após o esfriamento da atividade econômica em 2009, decorrente da crise financeira internacional. O Banco Central do Brasil (BCB) contribuiu de forma significativa para o bom desempenho da economia e obteve reconhecimento dentro e fora do país. A instituição teve a participação em representações internacionais ampliada e foi referência na condução das políticas monetária e cambial, notadamente a partir das medidas adotadas e dos resultados obtidos no contexto da crise.

Este Relatório da Administração aborda questões de interesse da sociedade concernentes à atuação do BCB em 2010. Elaborado anualmente pelas áreas que compõem o BCB, o documento é uma prestação de contas ao cidadão, e sua publicação vai ao encontro de um dos valores da instituição: a transparência.

As informações são divididas em tópicos temáticos, os quais apresentam um panorama da economia brasileira em 2010, questões relacionadas ao Sistema Financeiro Nacional, ações de relacionamento do BCB com organismos internacionais e com a sociedade, ações administrativas e institucionais, e as orientações estratégicas para o período de 2010 a 2014. Esta publicação inclui, também, as demonstrações financeiras de 2010.

1 Panorama da economia brasileira em 2010

1.1 Produto Interno Bruto

A economia brasileira apresentou vigorosa recuperação em 2010, após o arrefecimento da atividade econômica ocorrido em 2009, reflexo da crise financeira internacional que se agravara ao longo do último trimestre de 2008.

Nesse sentido, em relação a igual trimestre de 2009, a atividade registrou expansões respectivas de 9,3%, 9,2% e 6,7% no 1º, 2º e 3º trimestres de 2010, destacando-se, na análise de sua evolução, a importância da demanda interna para a sustentação do processo de crescimento.

O consumo das famílias, em decorrência dos aumentos da massa salarial real, do emprego e do volume das operações de crédito às pessoas físicas, além da manutenção da confiança dos consumidores em patamar elevado, registrou incrementos de 8,4%, 6,4% e 5,9% nas mesmas bases de comparação, enquanto a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), em harmonia com a trajetória dos indicadores de confiança dos empresários e com os desempenhos das indústrias da construção civil e de bens de capital, experimentou aumentos de 28,4%, 28,1% e 21,2% nos mesmos períodos.

Setorialmente, pelo lado da oferta, o crescimento foi generalizado. A atividade agropecuária acumulou crescimento de 7,8% nos três primeiros trimestres de 2010, comparativamente a igual período de 2009. O setor industrial atingiu crescimento de 12,3%, enquanto os serviços expandiram-se 5,7%. Pelo lado da demanda, todavia, o setor externo teve contribuição negativa para o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB). O impacto de -3,2 pontos percentuais (p.p.), registrado no ano até setembro, refletiu contribuições de 1,2 p.p. das exportações e de -4,5 p.p. das importações. Os crescimentos respectivos de 10,8% e 39,8%, para exportações e importações no período, revelam trajetória do movimento de comércio consistente com a continuidade do ritmo de expansão da atividade econômica brasileira, preponderantemente apoiada na robustez da demanda interna, com menor dinamismo da economia mundial.

No mercado de trabalho, a mensuração do impacto da crise internacional no Brasil mostrou efeitos, em 2009, mais brandos do que as expectativas iniciais poderiam sugerir. Já em 2010, a recuperação do mercado empregatício foi vigorosa. A taxa de desemprego evoluiu de forma bastante favorável, em cenário de intenso dinamismo nos índices de ocupação da mão de obra. A geração de postos formais de trabalho atingiu recorde no ano, enquanto a taxa de desemprego reduziu-se, em novembro, ao mais baixo patamar médio já verificado historicamente, 5,7%. O rendimento médio real, favorecido pelo ambiente de negócios e pela manutenção da inflação em linha com os níveis preconizados pelo Sistema de Metas, continuou a expandir-se.

1.2 Inflação

Comparativamente a 2009, a inflação em 2010 elevou-se, refletindo tanto o maior ritmo da atividade econômica quanto os choques agrícolas de origem nacional e internacional. No primeiro caso, os preços dos serviços foram mais impactados e acumularam variação de 7,6% no ano. No caso dos choques agrícolas, os preços dos alimentos foram pressionados no primeiro quadrimestre do ano em decorrência de fatores internos, ao passo que, nos últimos quatro meses, refletiram, especialmente, as pressões da alta internacional das *commodities*. Por outro lado, os sinais de lenta recuperação da economia mundial contribuíram para que os preços de produtos industriais finais apresentassem comportamento benigno para a inflação brasileira. Assim, a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentou aceleração de 4,31% em 2009, para 5,91% em 2010, dentro do intervalo de variação fixado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 2,5% a 6,5%, o que configura o sétimo ano consecutivo de cumprimento da meta.

Ao longo de 2010, o Comitê de Política Monetária (Copom) realizou oito reuniões, nas quais foi tomada a decisão de manter a taxa básica de juros nas duas primeiras, elevá-la nas três reuniões seguintes – acumulando elevação de 200 pontos base (p.b.) – e manter a taxa nas últimas três reuniões. Ao final do ano, a taxa básica de juros situou-se em 10,75% ao ano (a.a.). As elevações da taxa de juros, determinadas para garantir o equilíbrio entre oferta e demanda agregadas, contribuíram para o processo de retomada do crescimento da atividade econômica e para a ancoragem das expectativas de variação do IPCA de forma consistente com a trajetória de metas, favorecendo a retomada do crescimento sustentado da economia.

Nas três últimas reuniões, o Copom considerou que, apesar das incertezas no atual momento da economia mundial, o cenário é de continuidade do cumprimento das metas de inflação, com monitoramento constante de qualquer risco a esse objetivo, razão pela qual manteve inalterado o nível da taxa básica. No médio prazo, a trajetória de convergência da inflação para o centro da meta será condicionada ao cenário mais favorável nas áreas fiscal e de crédito. Nesse ambiente, a condução da política monetária contribui para o processo de crescimento sustentado da economia, ao criar as condições necessárias ao aumento do potencial de crescimento da economia brasileira.

1.3 Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional

As operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional apresentaram crescimento expressivo ao longo de 2010, superando integralmente os efeitos associados à crise financeira internacional, que resultaram em arrefecimento das contratações até meados de 2009. A normalização do

crédito compreendeu também significativa redução dos índices de inadimplência e das principais taxas de juros.

O mercado de crédito apresentou desempenho compatível com o desenvolvimento do nível de atividade econômica, beneficiando-se da evolução favorável das expectativas de empresários e consumidores, da aceleração do investimento e do consumo e, em particular, do comportamento positivo dos indicadores de emprego e renda.

Nesse contexto, o volume total de crédito, compreendidas as operações com recursos livres e direcionados, atingiu R\$1.704 bilhões em dezembro de 2010, ao expandir-se 20,5% no ano. Com isso, a relação crédito/PIB elevou-se para 46,6%, comparativamente a 44,4% no final de 2009. Os empréstimos às famílias cresceram 21,9% em 2010, impulsionados pelos créditos habitacional e consignado, bem como pelos financiamentos para aquisição de veículos, os quais mantiveram crescimento expressivo mesmo após o fim do incentivo fiscal às vendas de automóveis no final de março. Destaque-se o desempenho dos financiamentos habitacionais, cujo saldo cresceu 51% no ano, elevando sua participação no PIB de 2,9% para 3,8%. Por sua vez, as operações voltadas a pessoas jurídicas registraram expansão de 19,3% em 2010, assinalando participação destacada dos financiamentos do BNDES, destinados primariamente a projetos de infraestrutura e à aquisição de máquinas e equipamentos.

As taxas de juros apresentaram evoluções distintas entre as modalidades destinadas a pessoas jurídicas e a pessoas físicas. No crédito às famílias, as taxas declinaram continuamente ao longo do ano, situando-se em 40,6% em dezembro, patamar 2,1 p.p. abaixo do alcançado no final do ano anterior. Essa redução foi possibilitada pelo aumento da participação do crédito consignado e dos financiamentos para aquisição de veículos, modalidades de custo mais baixo, bem como pela expressiva redução da taxa de inadimplência, que se situou em 5,7%, 2 p.p. abaixo do nível observado em dezembro de 2009. No crédito às empresas, a taxa média de juros alcançou 27,9% em dezembro de 2010, comparativamente a 25,5% no mesmo mês do ano anterior, o que refletiu, entre outros fatores, o recuo apenas discreto da inadimplência, que atingiu 3,6%, ante 3,8% no final de 2009, permanecendo em patamares ainda superiores aos observados antes da recente crise financeira.

1.4 Finanças públicas

As finanças públicas registraram evolução favorável em 2010, relativamente ao ano anterior. O superávit primário do setor público alcançou 2,78% do PIB, aumentando 0,75 p.p. em relação a 2009. Com esse resultado, foi cumprida a meta de superávit primário ajustada para o ano, que ficou em 2,5% do PIB após descontados os investimentos do Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC) passíveis de abatimento (0,6% do PIB). Essa evolução refletiu o crescimento da arrecadação do governo, alavancado pelo desempenho dos tributos associados mais diretamente ao comportamento do setor produtivo, favorecidos pela recuperação da atividade econômica. Também contribuiu para o crescimento da arrecadação o fim de medidas transitórias de desoneração fiscal, adotadas para mitigar os efeitos da crise mundial iniciada em 2008, bem como o recebimento de recursos provenientes da cessão onerosa do pré-sal, pagos pela Petrobras ao Governo Federal.

Os juros nominais, apropriados por competência, alcançaram 5,34% do PIB em 2010, reduzindo-se 0,03 p.p. em relação ao ano anterior. Contribuiu para essa evolução a queda de 0,15 p.p. na taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) acumulada no período. O resultado nominal, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, registrou déficit equivalente a 2,56% do PIB em 2010, reduzindo-se 0,77 p.p. em relação ao déficit observado em 2009.

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) alcançou o equivalente a 40,4% do PIB em 2010, reduzindo-se 2,4 p.p. em relação ao ano anterior. Essa redução deveu-se, sobretudo, ao superávit primário e ao próprio crescimento do PIB corrente. A composição da DLSP alterou-se ao longo do ano, com destaque para o crescimento da parcela credora vinculada à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) – associada ao aumento dos ativos da União junto ao BNDES, mediante emissão de títulos federais – e da parcela pré-fixada. Destaque-se, também, a elevação da parcela credora vinculada ao câmbio, essa última associada ao crescimento das reservas internacionais.

1.5 Setor Externo

Os efeitos da retomada do crescimento da economia brasileira sobre a demanda por bens e serviços importados e sobre o volume de remessas de rendas ao exterior têm condicionado o desempenho das transações correntes do país. Apesar do menor dinamismo da economia internacional, as exportações brasileiras registraram crescimento em 2010, resultado favorecido, em grande parte, pela elevação dos preços internacionais dos produtos de exportação brasileiros. Não obstante, a expansão mais acentuada das importações reduziu o saldo comercial no período. Por outro lado, a elevação sistemática de remessas líquidas de serviços e rendas ao exterior contribuiu, adicionalmente, para a ampliação do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos do Brasil.

Os ingressos líquidos de divisas na conta financeira do balanço de pagamentos têm possibilitado o financiamento integral do déficit em transações correntes, bem como a continuidade da política de fortalecimento das reservas internacionais, via aquisições de dólares pelo Banco Central do Brasil (BCB) no mercado doméstico. Os ingressos líquidos de investimentos estrangeiros diretos (IED) e em portfólio negociados no país, tanto ações quanto renda fixa, permanecem elevados,

reforçando a atual estrutura dos passivos externos, com os ingressos relacionados a investimentos superando os referentes à dívida, ainda que se registre crescimento nessa última.

O resultado do balanço de pagamentos em 2010 foi superavitário em US\$49,1 bilhões. O déficit em transações correntes atingiu US\$47,5 bilhões no ano, equivalente a 2,28% do PIB, ante US\$24,3 bilhões, 1,52% do PIB, em 2009.

A balança comercial registrou superávit de US\$20,3 bilhões em 2010, resultado 19,9% inferior ao assinalado no ano anterior. A corrente de comércio elevou-se em 36,6% na mesma base de comparação, atingindo US\$383,6 bilhões, reflexo de elevações de 32% nas exportações e de 42,2% nas importações, US\$201,9 bilhões e US\$181,6 bilhões, respectivamente. Note-se que a corrente de comércio atingiu 18,4% do PIB, em 2010.

Em 2010, foram registrados ingressos líquidos de IED de US\$48,5 bilhões, valor recorde histórico, superando em 86,8% o resultado de 2009. Esse montante, correspondente a 2,33% do PIB, permitiu o integral financiamento do déficit em transações correntes. A indústria foi responsável pela captação de 36,8% dos ingressos brutos, enquanto o setor primário respondeu por 34,5% e o setor de serviços, 28,7%.

Os investimentos estrangeiros em ações no país registraram ingressos líquidos de US\$30,6 bilhões no ano, consolidando o retorno dos investidores estrangeiros à Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), diante das perspectivas favoráveis de crescimento do país. Os investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa negociados no país totalizaram US\$14,6 bilhões de ingressos líquidos no ano.

1.6 Reservas internacionais

O ano começou com expectativas mais favoráveis que as observadas no mesmo período do ano anterior, o que favoreceu a continuação da política de fortalecimento das reservas internacionais pelo BCB. Foi mantida a estratégia de não determinar parâmetros de preços ou volumes para atuação, de não influir na trajetória da taxa de câmbio e de não adicionar volatilidade ao mercado. Durante 2010, o BCB adquiriu US\$41,4 bilhões no mercado à vista de câmbio, o que contribuiu para que as reservas internacionais alcançassem o montante recorde de US\$288,6 bilhões.

A distribuição das reservas por moedas reflete uma política de *hedge* do passivo externo do país, reduzindo a exposição da nação às flutuações das cotações. Essa política de proteção (*hedge* cambial) segue o princípio de segurança na aplicação das reservas internacionais. Com o compromisso de ampliar a transparência na administração das reservas, o BCB publicou, em 2010, o segundo Relatório de Gestão das Reservas Internacionais. Com periodicidade anual e

defasagem de seis meses, o documento detalha a política de investimento e apresenta os resultados de suas operações com moedas estrangeiras.

A combinação de forte crescimento doméstico e de taxas de juros próximas a zero nas principais economias avançadas propiciou maior fluxo de investimentos em direção às economias dos países emergentes. O Brasil, respaldado por bons fundamentos econômicos e pelo forte crescimento do PIB em 2010, obteve saldo positivo no mercado de câmbio de US\$24,4 bilhões no período, induzindo valorização nominal de 4,3% do real sobre o dólar norte-americano.

O fluxo positivo ajudou a dinamizar também o mercado de capitais brasileiro. Em setembro de 2010, a operação de capitalização da Petrobras, considerada uma das maiores de todos os tempos no mundo, produziu forte aceleração do saldo positivo no mercado de câmbio, o qual atingiu US\$13,7 bilhões no mês. Como contrapartida, houve uma intensificação da compra de dólares pelo BCB, que, no mês, alcançou o volume de US\$12 bilhões.

Além disso, os empréstimos em moeda estrangeira com garantias em operações de exportação ou títulos soberanos do país – medidas tomadas durante a crise financeira internacional para preservar o acesso a créditos no mercado externo por empresas brasileiras, que apresentavam estoque de US\$535 milhões ao final de 2009 – foram integralmente liquidados em maio de 2010.

Como resultado dessa liquidação, a diferença entre os dois conceitos de reservas internacionais – a saber, liquidez (que incluía o montante dessas operações no total das reservas) e caixa (que excluía) – foi eliminada. Com as reservas alcançando US\$288,6 bilhões ao final de 2010, seu crescimento no ano atingiu US\$49,5 bilhões no conceito liquidez e US\$50,1 bilhões no conceito caixa.

O desempenho dos indicadores de sustentabilidade externa, no ano, foi influenciado pelas elevações de US\$481,4 bilhões da estimativa para o PIB nominal em dólares, de US\$48,9 bilhões das exportações de bens acumuladas em doze meses e de US\$57,5 bilhões da dívida externa total, além do crescimento de US\$50,1 bilhões das reservas internacionais, no conceito caixa. A dívida externa como proporção do PIB reduziu-se 0,1 p.p. no período analisado, situando-se em 12,3%. A posição credora da dívida externa líquida diminuiu de US\$61,8 bilhões para US\$51,8 bilhões, enquanto a dívida externa do setor público não financeiro elevou-se de US\$77,2 bilhões para US\$83,6 bilhões.

1.7 Recolhimentos compulsórios e desconto

Com a melhora na situação de liquidez do sistema financeiro internacional e com a recuperação da economia brasileira, o BCB decidiu dar início, no primeiro semestre de 2010, à reversão das medidas anticrise, adotadas com o objetivo de restabelecer as reservas do sistema bancário. No

que se refere aos recolhimentos compulsórios, a alíquota incidente sobre recursos a prazo retornou, em abril, ao nível pré-crise, de 15%, e foi elevada, em dezembro, para 20%. Houve, ainda, elevação das alíquotas da exigibilidade adicional sobre recursos a vista e a prazo, que, em março, passaram de 5% e 4%, respectivamente, para 8%, ambas, percentual que foi novamente elevado em dezembro, para 12%.

Foram alteradas também, ainda no primeiro semestre de 2010, as formas de cumprimento do compulsório sobre recursos a prazo e da exigibilidade adicional, que passaram a ser feitas integralmente em espécie, remuneradas com base na taxa Selic. Foram redefinidos os valores dos redutores de acordo com o valor do Nível I do Patrimônio de Referência (PR). Os prazos para aquisição de ativos e para a realização de depósitos interfinanceiros passíveis de dedução do recolhimento sobre recursos a prazo foram prorrogados para 30 de junho de 2011.

As alterações efetuadas em dezembro objetivaram restabelecer, para o nível pré-crise, os valores recolhidos ao BCB, considerando adicionalmente o crescimento dos depósitos desde o segundo semestre de 2008 e as possibilidades de dedução concedidas às instituições financeiras.

Com relação à alíquota do compulsório sobre recursos à vista (reduzida durante a crise para 42%), foi estabelecido um cronograma que determinou o aumento de 1 p.p. a cada dois anos até que retorne ao percentual de 45%. Essa medida visou acompanhar o escalonamento já programado para a redução da exigibilidade de aplicação em crédito rural, de 30% para 25%, à razão de 1 p.p. por ano.

1.8 Operações de Mercado Aberto

As operações de mercado aberto são o principal instrumento utilizado pelo BCB para regular a disponibilidade e o custo das reservas bancárias com vistas à consecução da meta para a taxa Selic estabelecida pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Essas operações consistem na compra e venda, no mercado secundário, de títulos públicos federais custodiados no Selic, seja de forma definitiva, seja com compromisso de revenda ou recompra para data futura, estas denominadas operações compromissadas.

Em 2010, o BCB continuou a lidar com excedentes de liquidez no sistema bancário, de forma que se utilizou de operações de venda com compromisso de recompra de curto prazo, de 1 a 33 dias úteis, e de prazo mais longo, de seis meses – o saldo médio diário das operações de curto prazo foi de R\$302,1 bilhões e, das de seis meses, de R\$103,8 bilhões.

2 Sistema Financeiro Nacional

2.1 Organização do Sistema Financeiro Nacional

Em 2010, foram analisadas 3.598 solicitações de reorganizações societárias e/ou mudanças gerenciais de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar, inclusive administradoras de consórcios. Em relação às solicitações para a constituição de novas instituições financeiras, o resultado pode ser verificado no quadro ao final deste título. No ano, foi registrada a primeira autorização para uma nova espécie de instituição financeira normatizada no Brasil, o banco de câmbio.

Além dos processos genericamente referidos como de natureza societária, foram analisados os chamados atos de concentração, decorrentes de transferências de controle. Tais verificações, a cargo do BCB, são efetuadas sempre que há pleitos que envolvam fusões ou aquisições entre instituições financeiras.

No que se refere a tipos de instituições, com respeito ao segmento de cooperativas de crédito – cuja importância para a sociedade se apresenta na medida em que é responsável pelo estímulo à aplicação de recursos privados em favor da própria comunidade –, cabe ressaltar que, em função da existência de processo natural de adaptação do segmento às necessidades e oportunidades da economia brasileira, explicitado pela transformação de instituições mais simples em outras de maior abrangência operacional, ocorreram, em 2010, 54 transformações, das quais 47 optaram pela modalidade de livre admissão de associados. Em decorrência, verificou-se ligeira redução no número de instituições de 2009 para 2010, de 1.405 para 1.370, respectivamente. No cômputo global, a participação relativa do segmento, estimada com base nos números para o primeiro semestre de 2010, manteve-se estável, tendo-se verificado incremento entre seus ativos e depósitos, na comparação com idêntico período de 2009.

Registrou-se, também, o interesse de grupos econômicos do exterior em atuar no sistema bancário brasileiro. Os pleitos foram examinados à luz das diretrizes traçadas pelo BCB de estímulo à concorrência e de criação de alternativas de oferta de crédito aos agentes econômicos, ambas com vistas a se propiciar redução das taxas de juros. Houve, no ano, três aprovações de instituições financeiras com capital externo mediante decreto presidencial, sendo uma de corretora de títulos e valores mobiliários, de capital coreano e em funcionamento; uma de banco de câmbio, com participação de capital italiano já autorizada; e outra de banco múltiplo, ainda sem funcionamento, com origens de capital nos Estados Unidos da América (EUA).

Em resumo, verificou-se no ano um total de 54 conglomerados bancários estrangeiros no SFN e de dezoito grupos, também estrangeiros, sem instituições bancárias. No total, 21 países detinham instituições financeiras em atividade no Brasil em 2010, e havia no país 85 escritórios

de representação de instituições financeiras do exterior. Em contrapartida, dezesseis conglomerados brasileiros tinham participações em 66 instituições financeiras no exterior, e havia 21 escritórios de representação de instituições financeiras brasileiras fora do país. Considerando participações societárias e representações no exterior, as instituições financeiras brasileiras estavam presentes em trinta países.

O quadro a seguir apresenta o quantitativo de instituições que compõem o SFN, evidenciando a evolução de 2009 para 2010.

Segmento	Dez 2009	Dez 2010
Bancos (*)	175	179
Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento	59	61
Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	105	103
Sociedade Corretora de Câmbio	45	44
Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	125	125
Sociedade de Arrendamento Mercantil	33	32
Sociedade de Crédito Imobiliário e Associação de Poupança e Empréstimo	16	14
Companhia Hipotecária	6	7
Agência de Fomento	14	15
Subtotal	581	580
Cooperativa de Crédito	1.405	1.370
Sociedade de Crédito ao Microempreendedor	45	45
Subtotal	2.031	1.995

Sociedade Administradora de Consórcios	308	297
Total	2.339	2.295

Posição em dez/2010.

(*) Inclui Banco Múltiplo, Banco Comercial, Banco de Investimento, Banco de Desenvolvimento e Caixa Econômica.

No que se refere à cobertura no território brasileiro, as instituições financeiras estavam presentes em todos os 5.565 municípios (dado do IBGE), por meio de agências (19.831), de postos (51.079), de terminais de autoatendimento (165.567¹) ou via correspondentes (157.719), totalizando pouco mais de 87 milhões de contas bancárias.

¹ Último número disponível.

2.2 Liquidações e administração de regimes especiais

Em 2010, o BCB decretou liquidação extrajudicial em quatro administradoras de consórcios. No mesmo período, encerrou oito liquidações extrajudiciais, tendo sido um encerramento por baixa no registro público competente e sete por decretação de falência.

Foram instaurados três inquéritos, realizadas seis remessas de relatórios de comissões de inquérito ao Poder Judiciário e efetuadas quatro comunicações de indícios de crime ao Ministério Público Federal, além de três comunicações de indícios de ilícitos para outros órgãos (Secretaria da Receita Federal, Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf e Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc).

Permanecem em curso 54 processos de liquidação extrajudicial, relativos a doze bancos; quatorze administradoras de consórcio; sete distribuidoras de títulos e valores mobiliários; seis corretoras de câmbio, títulos e valores mobiliários; três sociedades de arrendamento mercantil; duas sociedades de crédito, financiamento e investimento; três cooperativas de crédito e sete instituições não financeiras.

2.3 Clientes e usuários bancários

Durante 2010, foram continuadas as ações voltadas para a garantia do cumprimento das normas relacionadas aos clientes e usuários bancários, para a avaliação da eficácia do componente organizacional de ouvidoria e para o acompanhamento da implementação das exigências decorrentes de trabalhos executados em anos anteriores.

Foram atualizados os valores máximos de saldo e movimentação definidos como requisitos necessários para manutenção das contas especiais de depósitos à vista, conhecidas como contas simplificadas, regulamentadas pela Resolução nº 3.211, de 30 de junho de 2004. Essas contas são sujeitas a procedimentos simplificados de abertura e movimentação, sem custo de abertura e de manutenção e sem cobrança de tarifas dentro das operações ali tipificadas, viabilizando a ampliação do acesso da população de baixa renda, em especial dos beneficiários de programas sociais e dos microempreendedores, aos serviços bancários em geral, inclusive ao mercado de crédito.

A referida atualização visou corrigir a defasagem imposta pela inflação e a elevação na renda do público-alvo, no período de 2004 a 2010, considerando também o crescimento da economia brasileira, e permitiu a ampliação do uso de tais contas. O limite de saldo foi elevado de R\$1.000 para R\$2.000 e determinou-se que o bloqueio das contas acontecerá quando o saldo ou somatório dos depósitos, no mês, superar R\$5.000.

No enfoque de oferecer maior transparência quanto aos custos na contratação de operações de crédito, alterou-se a Resolução nº 3.517, de 6 de dezembro de 2007, de forma a estender às operações envolvendo microempresas e empresas de pequeno porte a obrigatoriedade de informação do Custo Efetivo Total (CET), correspondente a todos os encargos e despesas de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro contratadas ou ofertadas a partir de 2 de maio de 2011. A extensão às micro e pequenas empresas é útil tanto no aspecto da educação financeira quanto por facilitar a comparação entre as ofertas de crédito disponíveis no mercado, reduzindo a assimetria de informações e incentivando a concorrência.

Outro aspecto da regulamentação financeira de interesse do público que mereceu especial atenção do BCB e do CMN foi a cobrança de tarifas relativa à prestação de serviços financeiros. A regulamentação foi aprimorada pela Resolução nº 3.919, de 25 de novembro de 2010, com o propósito de aumentar a transparência na divulgação dos custos dos serviços, na especificação dos serviços não tarifados e na definição de eventos, de fatos geradores e de canais de entrega de serviços para fins de incidência de tarifas, bem como de assegurar que a cobrança somente deve ocorrer se estiver previamente estipulada no contrato firmado entre a instituição e o cliente ou se tiver sido o respectivo serviço previamente autorizado ou solicitado pelo cliente ou pelo usuário.

A nova regulamentação inclui regras sobre a prestação de serviços de cartão de crédito pelas instituições financeiras. Até o advento da Resolução nº 3.919, de 2010, os serviços de cartão de crédito eram prestados com base na regulamentação geral aplicada às atividades das instituições financeiras, mas a difusão desse tipo de serviço acentuou a necessidade de normas específicas que propiciassem aos usuários critérios para avaliar os custos cobrados pelas instituições emissoras ou administradoras de cartões de crédito. Foram estabelecidas, com essa finalidade, modalidades de cartões de crédito em função dos serviços e de benefícios/recompensas a esses associados, com critérios distintos de incidência de cobranças pelos serviços prestados.

Para incentivar a utilização responsável do instrumento cartão de crédito e mitigar o risco de superendividamento dos clientes, o BCB fixou, por meio da Circular nº 3. 512, de 25 de novembro de 2010, percentuais mínimos para pagamento do valor da fatura mensal.

Outras mudanças foram a redução do prazo dado às ouvidorias para resposta ao reclamante (de trinta para quinze dias) e a obrigatoriedade de as cooperativas centrais de crédito e de as instituições com comitê de auditoria encaminharem ao BCB, pelo diretor responsável, relatório semestral das atividades de ouvidoria.

Em julho de 2010, o BCB e o Ministério da Justiça, por meio do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), assinaram acordo de cooperação técnica sobre reclamações de clientes contra instituições financeiras. O BCB passou a receber, trimestralmente, informações do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor, que reúne reclamações registradas nos Procons de todo o país. Os dados serão usados como subsídios para ações de fiscalização e eventuais alterações em normas.

2.4 Regras prudenciais e operacionais

O BCB deu prosseguimento às ações estratégicas enfileiradas nos três projetos de regulação financeira remanescentes de anos anteriores, a seguir enfocados.

Projeto Crédito Imobiliário

No contexto do projeto Aprimoramento do Arcabouço Regulatório do Crédito Imobiliário, que tem como objetivo propor soluções e alternativas para a estrutura regulatória do SFN, desenvolveram-se as seguintes atividades principais em 2010:

I – preparação do relatório de desempenho do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), bem como pesquisas sobre temas como *covered bonds* (títulos de dívida garantidos por fluxos de caixa de operações de crédito imobiliário), sistemas de registro de imóveis, mecanismos de garantia aos financiamentos imobiliários, práticas bancárias e instrumentos de supervisão das instituições financeiras implementados nos principais mercados imobiliários do mundo. O levantamento fornece subsídio para a formulação de propostas de aperfeiçoamento do arcabouço normativo brasileiro, por meio de regulamentação ou de legislação específica;

II – estudos que culminaram com a edição de norma disciplinando a remuneração dos recursos devidos ao vendedor de imóvel, em caso de financiamento para aquisição de imóvel, desde a data da assinatura do contrato até a data da efetiva liberação desses recursos pela instituição financeira;

III – estudos que culminaram com a alteração do regulamento anexo à Resolução nº 3.347, de 8 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do SBPE;

IV – estudos que culminaram na edição da Resolução nº 3.841, de 25 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre os mecanismos de compensação dos valores relativos aos descontos concedidos na forma do art. 9º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009 (ajuste na regra de direcionamento);

V – realização, conforme previsto na quinta etapa do projeto, da 2ª Conferência Internacional de Crédito Imobiliário, em Fortaleza, que contou com a participação de mais de trezentos profissionais, entre os quais representantes de instituições financeiras do setor de crédito imobiliário, de entidades relacionadas à construção civil, consultores, representantes do governo, advogados e membros do Poder Judiciário;

VI – participação, no âmbito do *Financial Stability Board* (FSB), do *peer review team*, grupo criado pelo *Standing Committee on Standards Implementation* (SCSI), com vistas a identificar e avaliar as ações tomadas pelas autoridades dos países-membros no sentido de incentivar as melhores práticas na concessão de empréstimos com garantias hipotecárias, bem como propor, quando possível, a uniformização e adequação de padrões no mercado de crédito imobiliário, contribuindo para a higidez do sistema financeiro global.

Projeto Basileia II

Dentro do objetivo de dar cumprimento às recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, acerca de critérios mais adequados ao nível de riscos das operações das instituições financeiras, destacaram-se, em 2010, as seguintes ações:

I – estudos e simulações de diversas propostas de aprimoramento do arcabouço regulatório em discussão no Comitê de Basileia e no *Financial Stability Board*;

II – edição da Circular nº 3.498, de 28 de junho de 2010, que promoveu os ajustes recomendados pelo Comitê de Basileia, com o propósito de fortalecer os níveis de capitalização das instituições financeiras, basicamente pela introdução de requerimento adicional de capital equivalente ao VaR (*Value at Risk*) estressado. Os prazos para implementação no país alinham-se aos internacionalmente acordados, a partir de 2012;

III – instituição da obrigatoriedade do registro das operações de *hedge* e derivativos contratados no exterior, buscando dar transparência ao fluxo de capitais estrangeiros;

IV – edição de norma, aplicável a partir de 2011, instituindo o Regime Prudencial Simplificado (RPS) para cooperativas de crédito de menor porte e menor complexidade operacional, possibilitando às cooperativas que aderirem a esse regime uma simplificação dos controles e do processo de remessa de informações.

Projeto Convergência

No âmbito do projeto Convergência, foram desenvolvidas em 2010 ações com vistas à promoção da convergência das normas de contabilidade aplicáveis às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, ao padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Durante o primeiro semestre, foram emitidas diversas normas complementares à Resolução nº 3.786, de 24 de setembro de 2009, que determinou a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras consolidadas no padrão IASB a partir da data-base de 31 de dezembro de 2010. Entre as normas publicadas, destaca-se a Resolução nº 3.853, de 29 de abril de 2010, que dispôs sobre a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas intermediárias no padrão contábil do IASB. Esse normativo estabelece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB que divulgarem demonstrações contábeis consolidadas intermediárias devem observar os mesmos critérios em vigor para as consolidadas, ou seja, os pronunciamentos emitidos pelo IASB. As referidas demonstrações devem, ainda, ser divulgadas acompanhadas do relatório de revisão limitada do auditor independente.

Em agosto, o BCB iniciou projeto de redução de assimetrias entre o Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif) e o padrão contábil internacional emitido pelo IASB. O objetivo é dirimir as diferenças entre os dois padrões contábeis, por meio de análise pormenorizada de impactos, custos e oportunidade. O projeto de convergência das normas de contabilidade terá duração de dezoito meses. Foram realizadas duas reuniões plenárias, nas quais se definiram as prioridades de redução de assimetrias para o final do exercício de 2010 e para o início do exercício de 2011.

Outros atos normativos

Foi alterada a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, de forma a incluir, entre as operações permitidas às agências de fomento e aos bancos de desenvolvimento, a integralização de cotas de fundos que tenham participação da União, constituídos com o objetivo de garantir o risco de operações de crédito, nos termos dos arts. 7º a 13 da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009. Tal modalidade de garantia visa promover, em especial, o crédito de longo prazo a micro, pequenas e médias empresas e a produtores e cooperativas rurais.

Em maio, foi constituída a Central de Exposição a Derivativos (CED), entidade sem fins lucrativos que tem como associados fundadores a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e o Instituto Brasileiro de Ciência Bancária (IBCB), com o objetivo de possibilitar aos intermediários financeiros consultas à exposição de risco de clientes relativas a posições em derivativos registrados ou negociados nos ambientes da BM&FBovespa S.A. e do Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (Cetip S.A.). A criação dessa entidade, embora de iniciativa privada, soma-se aos esforços de enfrentamento da crise financeira internacional.

Os potenciais usuários dos serviços da CED são os bancos e instituições integrantes dos conglomerados bancários, que poderão, mediante prévia autorização do cliente, consultar no sistema a exposição consolidada em operações com derivativos de cada entidade. Coube ao CMN editar a Resolução nº 3.908, de 30 de setembro de 2010, estabelecendo a necessidade de as instituições interessadas na realização desse tipo de consulta indicarem diretor responsável pelos procedimentos relativos aos processos de consulta.

Observando sua competência legal, o CMN, por meio da Resolução nº 3.836, de 25 de fevereiro de 2010, disciplinou as condições de emissão de Letra Financeira, instituída pela Medida Provisória nº 472, de 15 de dezembro de 2009, posteriormente convertida na Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010. Foram definidas as características a serem observadas em termos de prazo de vencimento, remuneração e resgate do título, assim como foram indicadas as instituições financeiras autorizadas a emití-lo, quais sejam, bancos múltiplos, bancos comerciais e bancos de investimento, além das sociedades de crédito, financiamento e investimento, caixas econômicas, companhias hipotecárias e das sociedades de crédito imobiliário. O título de crédito Letra Financeira vem suprir a necessidade das instituições financeiras quanto a um instrumento juridicamente seguro e voltado à obtenção de recursos de médio e longo prazo, essenciais para o melhor gerenciamento de riscos, na medida em que propiciam maior equilíbrio entre ativos e passivos das instituições financeiras.

Por meio da Resolução nº 3.849, de 25 de março de 2010, foram consolidadas as normas que tratam da obrigatoriedade de as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar por este Banco Central instituírem componente organizacional de ouvidoria. Foram introduzidos importantes aprimoramentos nas mencionadas normas, basicamente com vistas à redefinição de critérios para a exigência de componente de ouvidoria próprio e nas regras de remessa de relatórios do diretor responsável pela ouvidoria.

A Resolução nº 3.859, de 27 de maio de 2010, consolidou e aprimorou o conjunto normativo que disciplina a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito, com o propósito de adequar a regulamentação às disposições da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, bem como de alcançar outros objetivos considerados necessários ao desenvolvimento e à consolidação desse segmento do SFN. São exemplos: i) a aplicação de princípios de governança às cooperativas, com destaque para a segregação e a subordinação de funções entre o conselho de administração e a diretoria executiva; e ii) o estabelecimento de base adequada para os correspondentes processos de autorização de confederações de crédito e para sua atuação na gestão e no controle do respectivo sistema associado, estabelecendo-se, em paralelo à regulamentação aplicável às centrais, um conjunto mínimo de atribuições passíveis de serem por elas desempenhadas.

Foi colocada em audiência pública, de 1º de fevereiro a 2 de maio de 2010, minuta de resolução estabelecendo critérios para política de remuneração de administradores e empregados das

instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB. A proposta de regulação baseou-se nos compromissos assumidos pelos líderes do G-20 em abril (*London Summit*) e setembro de 2009 (*Pittsburgh Summit*), voltados ao fortalecimento do sistema financeiro e à implementação coordenada de padrões de regulação prudencial para gestão de riscos. Tais compromissos focaram a necessidade de implementar padrões internacionais robustos para a política de remuneração, visando desencorajar práticas que levem à assunção de riscos excessivos, como forma de fortalecer a estabilidade do sistema e alinhar práticas de remuneração com criação de valor a longo prazo. O objetivo é adequar o arcabouço regulatório nacional às boas práticas bancárias internacionais.

2.5 Supervisão

O BCB vem se alinhando às melhores práticas internacionais para a realização de uma supervisão eficaz.

No que se refere à supervisão de bancos e conglomerados bancários, foram realizadas, em 2010, 314 atividades de fiscalização direta e 373 de fiscalização indireta, além de 260 de suporte e controle. Essas ações tiveram como diretrizes a supervisão sob a ótica dos riscos incorridos, com ênfase em instituições e conglomerados que suscitaram maior preocupação em termos de liquidez durante a crise de 2008; o cumprimento de normas; os procedimentos necessários à implementação de Basileia II; a convergência às normas internacionais de contabilidade e de auditoria.

Relativamente ao processo de supervisão de cooperativas e de instituições não bancárias, foram realizadas, até outubro de 2010, 151 atividades de fiscalização direta e 616 atividades internas, que compreendem as atividades de acompanhamento, condução de situações especiais, processos administrativos, comunicação e atendimento de demandas externas e de outras unidades, além de 195 atividades de suporte e controle.

As ferramentas de supervisão do segmento cooperativo de crédito foram aprimoradas por meio da revisão e ampliação do método de avaliação de cooperativas centrais (MACC), que passou a incorporar informações de governança e de apoio a negócios nos serviços prestados pelas centrais, para fins de cumprimento das atribuições especiais previstas nas normas vigentes.

Em 2010, também em relação às cooperativas de crédito, foi editada regulamentação diferenciada de alocação de capital. A matéria foi objeto de resolução do CMN e de circulares do BCB, que facultam o cálculo simplificado do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) às instituições desse tipo que tenham operações pouco complexas e menor exposição a riscos.

O novo disciplinamento regulamentar foi ajustado para viabilizar o crescimento saudável e sustentável das instituições e para assegurar a adequada mensuração e o controle do risco, mas sem obrigar as cooperativas a um grau de sofisticação gerencial incompatível com o seu negócio e com os seus objetivos econômicos e sociais.

Portanto, além de respeitar os princípios da regulamentação prudencial vigente para o SFN, a regra simplificada permite a redução do custo de observância de cooperativas de crédito, favorecendo o desenvolvimento das atividades do segmento.

Em relação ao monitoramento do sistema financeiro, passaram a ser disponibilizadas, em bases diárias e com defasagem de apenas um dia, informações da situação do risco de liquidez e da exposição ao risco de mercado das instituições financeiras, bem como as posições das suas principais carteiras ativas e passivas. A disponibilização do Sistema de Monitoramento de Mercado (SMM) para acesso às informações contribuiu decisivamente para a melhoria do acompanhamento da solidez do sistema financeiro, ao oferecer maior celeridade na identificação de vulnerabilidades.

Em linha com decisões tomadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelas entidades profissionais, o CMN, acolhendo proposta do BCB, determinou que as instituições financeiras constituídas na forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria elaborem e divulguem demonstrações consolidadas de acordo com os pronunciamentos internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standard – IFRS*), a partir da data-base de 31 de dezembro de 2010. Trata-se de um grande desafio, não só para essas instituições, mas também para a supervisão desta autarquia. Como resposta, a área de Fiscalização criou um comitê técnico denominado CTCON, cujo objetivo é prestar assessoramento aos departamentos da Supervisão nos assuntos relacionados com a convergência ao IFRS.

Durante 2010, o CTCON atuou junto a essas instituições, no sentido de verificar o grau de preparo para a elaboração das referidas demonstrações. Entre outros pontos, tem sido possível observar o nível de capacitação em IFRS do pessoal envolvido com a elaboração das demonstrações, o entendimento dos critérios mais representativos e discutidos, o desenvolvimento e a adequação dos sistemas das instituições citadas.

O CTCON tem elaborado pareceres acerca de consultas realizadas pelas instituições financeiras sobre a interpretação do IFRS e tem participado ativamente das análises e da elaboração dos estudos de impacto com vistas à recepção, nesta autarquia, do IFRS das demonstrações individuais.

Essas atividades representam a conduta proativa da Supervisão, que tem se antecipado para identificar e corrigir eventuais equívocos de interpretação do IFRS e para aprimorar a sua compreensão das informações financeiras divulgadas pelas instituições. Essas ações são

fundamentais para garantir que as demonstrações alcancem o objetivo de promover maior transparência, comparabilidade e qualidade às informações disponibilizadas pelas instituições ao público.

Convênios

Em 2010, novos convênios foram assinados com o objetivo de aumentar a cooperação entre órgãos de supervisão, facilitar o cruzamento de dados e garantir confiabilidade na captura de informações, o que contribuiu para o fortalecimento do SFN. Citam-se pelo menos três instituições parceiras:

- 1) Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) – Desenvolvimento, fortalecimento e promoção da eficiência e da eficácia econômica e social do cooperativismo de crédito brasileiro e intercâmbio de informações;
- 2) Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria de Direito Econômico e do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – Cooperação técnica com vistas a promover ações conjuntas para o aperfeiçoamento do fornecimento de produtos e da prestação de serviços aos clientes e usuários das instituições financeiras, administradoras de consórcios e às outras instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, bem como intercâmbio de informações;
- 3) Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com a interveniência da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) – Parceria visando à realização de estudos sobre as moedas sociais e à criação de mecanismo para acompanhar, de forma permanente, a evolução desse instrumento, à luz dos resultados obtidos pelos estudos.

Além disso, o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec), que congrega, além do BCB, a CVM, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) e a Previc, aprovou, em agosto de 2010, o Subcomitê de Monitoramento da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional (Sumef), com a missão de: i) informar a evolução dos mercados e suas interconexões, principalmente no que se refere às relações entre seus agentes e aos papéis por eles desempenhados, apontando os riscos para o SFN; e ii) sinalizar situações que, em razão da integração dos mercados e de outras sobreposições, possam comprometer a estabilidade do SFN e em que seja necessária a atuação conjunta, ou ao menos coordenada, das entidades que compõem o Coremec, melhorando a consistência no âmbito da supervisão.

2.6 Processo administrativo punitivo

No início de 2010, estavam pendentes de decisão 1.104 processos administrativos punitivos instaurados contra pessoas físicas e jurídicas sujeitas à supervisão do BCB. No ano, foram instaurados 154 processos e decididos 869, totalizando um estoque final de 389 processos.

As decisões proferidas resultaram na aplicação de 898^{1/} penalidades e em 237^{1/} arquivamentos, de acordo com a tabela.

Penalidades aplicadas e arquivamentos^{1/}	Quantidade	Percentual
Advertência	14	1,2%
Inabilitação	129	11,4%
Multa	755	66,5%
Arquivamento	237	20,9%
Total	1135	100,0%

^{1/} O total de penalidades e arquivamentos (1.135) difere do total de processos decididos (869), pois, em uma decisão proferida, pode haver mais de uma penalidade aplicada, além do arquivamento.

Dos processos julgados em segunda e última instância administrativa pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN), 92% das decisões desta autarquia foram confirmadas, 5% foram modificadas parcialmente e 3% foram modificadas totalmente.

Com relação ao processo de aplicação de penalidades referentes à prestação de informações ao BCB fora dos padrões estabelecidos, houve uma reestruturação. O foco da mudança foi o acompanhamento das não conformidades por instituição financeira, e não mais por eventos. Tal postura proporcionou maior efetividade ao processo de captação de informações, ao aproximar o BCB dessas instituições e favorecer o compromisso dos administradores em aprimorar a qualidade das informações prestadas.

2.7 Prevenção a ilícitos financeiros e cambiais

O BCB, dando continuidade ao aprimoramento das ações de prevenção à lavagem de dinheiro e de combate ao financiamento do terrorismo (PLD/CFT) no SFN, participou da terceira rodada de avaliação mútua do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi/FATF), organismo internacional do qual o Brasil é membro pleno desde 2000.

O processo da terceira rodada iniciou-se em julho de 2009 – quando foi respondido questionário relacionado com as 40+9 Recomendações –, teve continuidade com ciclo de entrevistas ocorrido

em outubro e foi concluído com a apresentação de relatório, pelo Gafi/FATF, em reunião plenária realizada em junho de 2010.

O trabalho de preparação realizado pelo BCB, com destaque para o processo de *self-assessment* conduzido internamente pelas áreas de regulação e fiscalização, resultou na publicação das Circulares nº 3.461 e nº 3.462, de 24 de julho de 2009. Em 11 de fevereiro de 2010, foi editada, ainda, a Carta-Circular nº 3.430, que divulgou esclarecimentos adicionais à Circular nº 3.461, de 24 de julho de 2009.

Essas circulares consolidaram as normas já editadas relacionadas com a PLD/CFT e introduziram, no marco regulatório nacional, importantes definições sobre o assunto, com o propósito de alinhá-lo com as melhores práticas internacionais.

Também houve aperfeiçoamento do leiaute adotado nos processos de rastreamento de recursos, com a publicação da Carta-Circular nº 3.454, de 14 de junho de 2010, que deu cumprimento à Meta 4 Enccla-2008, relacionada à definição de leiaute único a ser utilizado por todas as autoridades que demandam informações do SFN. Essa medida tem por objetivo tornar mais eficaz o atendimento a tais requisições.

2.8 Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – Proagro

O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), administrado pelo BCB desde o início de sua implantação, em 1975, amparou, na safra de 2009/2010, 591.627 contratos no valor segurado de R\$6,9 bilhões, com o valor médio de R\$11,6 mil por operação.

O Programa beneficiou principalmente os pequenos produtores agrícolas enquadrados no conceito de “agricultura familiar”, atendidos pelo Proagro Mais com 529.660 contratos, ante 61.967 do Proagro Tradicional.

Em 2010, o BCB pagou, à conta do Proagro, R\$319,07 milhões, relativamente a gastos com coberturas, perícias, taxa de administração e remuneração dos agentes do programa.

2.9 Crédito rural

As aplicações obrigatórias no crédito rural por parte das instituições financeiras somaram, no período 2009/2010, R\$39,89 bilhões oriundos dos recursos à vista e 44,75 bilhões provenientes dos depósitos da poupança rural. No mesmo período, as instituições financeiras deixaram de aplicar, por decisão própria ou por falta de condições, R\$1,86 bilhão e R\$7,44 bilhões, respectivamente, o que acarretou o recolhimento de R\$9,30 bilhões ao BCB, que podem ficar

retidos por até doze meses sem incidência de remuneração para as instituições envolvidas, no caso dos recursos à vista, e com remuneração básica (taxa referencial) quando se tratar de recursos da poupança rural.

O Registro Comum de Operações Rurais (Recor), sistema em que são registrados todos os financiamentos concedidos no âmbito do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) à agropecuária nacional, registrou, em 2010, 2.324.802 operações de crédito rural, no valor de R\$81,29 bilhões, formalizados por três bancos oficiais federais, nove bancos/agências oficiais estaduais, 26 bancos privados e 404 cooperativas. Essas operações foram contratadas ao amparo de diversas fontes de recursos, das quais destacamos as principais: Aplicações Obrigatórias (47,03%), Poupança Rural (30,21%), Fundos Constitucionais (7,93%) e Recursos do BNDES (6,45%).

No exercício de 2010, foram divulgadas 56 resoluções sobre crédito rural, decorrentes de deliberações do CMN, que representam 63% do total dos normativos aprovados por esse colégio. Todas as normas acerca do Proagro e das aplicações obrigatórias são previamente aprovadas pela Diretoria do BCB.

2.10 Normas cambiais e de capitais internacionais

Em janeiro, foi editada resolução estabelecendo o registro em sistema administrado por entidade de registro e de liquidação financeira de ativos com autorização do BCB ou da CVM das operações de proteção (*hedge*) realizadas com instituições financeiras do exterior ou em bolsas estrangeiras. A medida foi adotada com vistas a aumentar a transparência das referidas operações, bem como permitir seu acompanhamento de forma tempestiva e adequada.

Em março, as disposições relativas aos investimentos estrangeiros diretos e aos créditos externos foram consolidadas em resolução, cuja matéria foi regulamentada em circular editada no mesmo mês, contemplando aspectos de natureza operacional e simplificando o registro das operações. As disposições foram incluídas no Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI), em título e capítulos próprios, de modo a organizar e sistematizar o arcabouço regulamentar em vigor. Essa iniciativa simplificou e desburocratizou disposições dispersas em sessenta normativos, que foram revogados. Também foram revogados aproximadamente 320 normativos afetos ao assunto que ainda faziam parte do arcabouço regulamentar, a despeito de, na prática, estarem em desuso ou desatualizados.

As transferências financeiras do exterior e para o exterior, em moeda nacional ou em moeda estrangeira, relativas aos fluxos de capitais, passaram a seguir as regras gerais aplicáveis ao mercado de câmbio brasileiro, eliminando-se, com isso, algumas restrições que permaneciam nas regras de capitais para remessas internacionais. Como outro passo de desburocratização, os

investidores e seus representantes ficaram dispensados de fornecer informações que o BCB pode obter em outras fontes. A redução da burocracia contribui para a diminuição dos custos de transação e administrativos, tanto no setor privado quanto no setor público, bem como propicia maior segurança jurídica às operações.

Também em março, foram aprovadas resolução e circular que facultam às companhias residentes no país, emissoras ou ofertantes de *Depositary Receipts* (DR) de instituições não financeiras, a manter no exterior o produto da sua alienação. Além disso, a transferência de recursos para o exterior para fins de ressarcimento de despesas incorridas pelas instituições estrangeiras envolvidas no processo de lançamentos de DR passou a ser cursada na forma aplicável às demais operações cambiais. Com isso, também deixou de ser necessária manifestação prévia do BCB para tais lançamentos.

Ainda em março, a simplificação das regras do mercado de câmbio brasileiro teve outro avanço, com a divulgação de mais uma circular, da qual podem ser destacadas: i) a dispensa de manutenção de ficha cadastral específica para operações de câmbio, uma vez que as regras gerais que tratam de prevenção e combate a lavagem de dinheiro já requeriam tal providência, eliminando-se, assim, regulação sobreposta; ii) a permissão para que os postos de câmbio de instituição autorizada a operar no mercado de câmbio possam executar as mesmas operações permitidas às suas agências, criando-se a oportunidade de ampliação da oferta de serviços bancários; iii) a permissão para que as instituições financeiras brasileiras não bancárias e autorizadas a operar com câmbio possam manter mais de uma conta em moeda estrangeira em uma mesma praça no Brasil – medida que buscou ampliar a concorrência nas negociações de transferências internacionais por meio desses agentes, beneficiando, ao final, os remetentes e recebedores de recursos em moeda estrangeira.

Com o objetivo de prover maior flexibilidade à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) na administração da Dívida Pública Federal, o prazo máximo para liquidação de contratos de câmbio em que aquele órgão é o cliente foi ampliado, em março, de 360 dias para 750 dias e, em outubro, para 1.500 dias. Além das operações da STN, essa mesma ampliação de prazo também alcançou as operações interbancárias, incluindo operações a termo, e as operações de arbitragem.

Por fim, tendo em vista a edição de decretos que diferenciaram as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidentes em operações no mercado financeiro e de capitais, em outubro foram editadas resoluções dispendo sobre exigência de contratações simultâneas de câmbio em caso de migrações internas entre aplicações de investidor não residente no país, de forma a evitar o contorno das exigências de referidos decretos.

3 Sistema de pagamentos

3.1 Sistema de Transferência de Reservas

O Sistema de Transferência de Reservas (STR), sistema de liquidação bruta em tempo real operado pelo BCB, atingiu giro médio diário financeiro de R\$642,1 bilhões em 2010, o equivalente a um PIB a cada seis dias, aproximadamente.

Desde 2009, o acesso a contas de depósito no BCB é estendido às instituições financeiras não bancárias, com o objetivo de promover isonomia e eficiência ao SFN. Em 2010, mais de trinta instituições financeiras não bancárias protocolaram pedido de abertura de conta, com destaque para o segmento das cooperativas de crédito e das corretoras. Parte dessas instituições pleiteou o acesso ao STR via internet, com a utilização do aplicativo de gerenciamento de conta denominado *STR-Web*, lançado pelo BCB no ano passado.

No aperfeiçoamento contínuo do STR, foi implantada a facilidade de agendamento de pagamentos, que busca potencializar o gerenciamento do fluxo de pagamentos pelos participantes. Diversas outras iniciativas têm sido adotadas, sobretudo na mitigação do risco operacional e na oferta de serviço de qualidade. Para facilitar o fluxo de pagamentos do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), o BCB concede crédito intradia às instituições participantes do STR que são titulares de contas Reservas Bancárias. Diariamente, foram contratadas, em média, 296 dessas operações, no valor de R\$40 bilhões.

3.2 Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

O Selic, depositário central de cerca de 99% da dívida pública mobiliária federal interna, registrou média diária de R\$386,9 bilhões em compras e vendas de títulos entre instituições de mercado, sendo R\$14 bilhões em operações definitivas e R\$372,9 bilhões em operações com compromisso de revenda e recompra.

Considerando-se o universo das operações registradas no Selic – inclusive o retorno das compromissadas, as operações de redesconto e as emissões primárias de títulos –, as médias diárias foram superiores a R\$990 bilhões e a doze mil operações.

No tocante às ofertas públicas da STN, foram processados 467 leilões de títulos federais, que movimentaram o montante de R\$394,2 bilhões.

3.3 Vigilância dos sistemas de pagamentos

Observando a sua missão de manter a estabilidade do SFN e do SPB, o BCB exerce a atividade de vigilância das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação. O escopo da vigilância é o acompanhamento dos riscos presentes no processo de compensação e liquidação de obrigações entre instituições financeiras e de aspectos relacionados à governança, à eficiência, à transparência e às regras de acesso relacionadas a essas entidades.

Em 2010, foram realizadas inspeções *in loco* na BM&FBovespa, na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (Cetip), na Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) e no Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis (Compe). Essas inspeções fazem parte dos instrumentos de vigilância utilizados e têm como objetivo avaliar o ambiente de processamento de dados e tecnologia das câmaras e dos prestadores de serviço de compensação e de liquidação, de modo a verificar a capacidade destes em lidar com os riscos operacionais inerentes às suas atividades.

Outro instrumento de vigilância utilizado pelo BCB é o chamado *backtesting*. Por intermédio dele, é feito o monitoramento dos riscos de crédito e de liquidez nos sistemas de compensação e de liquidação cuja entidade operadora atue como contraparte central (CPC) e, assim, assegure a liquidação das transações aceitas. Para isso, a entidade operadora conta com mecanismos de proteção, tais como garantias depositadas pelos participantes e fundos de liquidação. A principal finalidade do *backtesting* é verificar, por intermédio de testes estatísticos, se os mecanismos de proteção de cada sistema, em determinado período, estavam adequadamente dimensionados para assegurar a conclusão do processo de liquidação na hipótese de ter ocorrido inadimplência de participante.

Em geral, os *backtestings* são realizados mensalmente. Os resultados observados em 2010 demonstraram a adequação dos mecanismos de gerenciamento de risco adotados e evidenciam a conformidade com as melhores práticas recomendadas por organismos internacionais, especialmente aquelas de que tratam os relatórios *Core Principles for Systematically Important Payment Systems*, *Recommendations for Central Counterparties* e *Recommendations for Securities Settlement System*. Essas publicações foram elaboradas, isoladamente ou em conjunto, pelo *Committee on Payment and Settlement Systems* (CPSS), constituído no âmbito do Banco Internacional de Compensações (BIS), e pela *International Organization of Securities Commissions* (Iosco).

O BCB participou do Grupo Diretor para Revisão de Padrões (*Standards Review Steering Group*). Criado pelo BIS e pela Iosco, esse grupo de trabalho está revisando os padrões de funcionamento das infraestruturas do mercado financeiro, tais como sistemas de transferência de fundos, sistemas de compensação e de liquidação de ativos, depositários centrais e contrapartes centrais. Essa revisão procura incorporar às recomendações e aos princípios já divulgados em publicações do BIS e da Iosco não só as lições aprendidas da crise de 2008, mas também as

experiências de países que conseguiram, durante esse período, preservar o normal funcionamento de seus sistemas financeiros e de pagamentos.

Os dois sistemas de transferência de fundos considerados sistemicamente importantes, Sistema de Transferência de Reservas (STR) e Sistema de Transferência de Fundos (Sitraf), permaneceram com disponibilidade operacional acima de 99,8% e com baixo risco de travamento nos fluxos de pagamentos. Os demais sistemas continuaram classificados como não sistemicamente importantes por apresentarem baixo risco de contágio e giro financeiro menor que 4% do giro do STR.

3.4 Modernização dos sistemas de pagamentos de varejo

A modernização do sistema de pagamentos de varejo foi abordada no Diagnóstico do Sistema de Pagamentos de Varejo do Brasil – Adendo Estatístico 2009 – e no Relatório sobre a Indústria de Cartões de Pagamento no Brasil – Adendo Estatístico 2008-2009, divulgados em 2010. Os dispositivos possibilitam acompanhar a evolução do uso dos instrumentos de pagamentos e dos canais de atendimento. Conforme relatado, a partir de julho de 2010, o Sistema de Liquidação Diferida das Transferências Interbancárias de Ordens de Crédito (Siloc) passou a liquidar transações originadas com cartões de pagamento, em linha com os objetivos do BCB de desfragmentação da infraestrutura de compensação e de liquidação de pagamentos de varejo e de oferta de serviço neutro de compensação e de liquidação de transações com cartões, o que diminui o custo social na realização de pagamentos e possibilita o aumento da competição no mercado de credenciamento de estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões.

A participação relativa dos instrumentos eletrônicos de pagamento aumentou nas transações de varejo realizadas sem uso de dinheiro em espécie (as transferências de crédito e os cartões de pagamento respondem, em quantidade, por cerca de 90% dessas transações). O canal de atendimento mais usado passou a ser a internet, que responde por 31% das transações bancárias. Para realização de pagamentos, o canal mais utilizado continua sendo os correspondentes bancários, que responderam por 36% desse tipo de transação em 2010.

Em relação a cartão de pagamento, foi realizado seminário internacional, com o patrocínio conjunto da União Europeia (EU) e do Governo brasileiro, que fomentou discussões sobre a indústria de cartões de pagamento no Brasil e no mundo, inclusive no que diz respeito a experiências regulatórias e a possíveis cenários futuros.

Após a publicação do Relatório sobre a Indústria de Cartões de Pagamento no Brasil, a indústria, por meio de autorregulação, promoveu alterações, de modo a eliminar ou minimizar ineficiências identificadas no relatório. Foram cinco os principais pontos acolhidos pela indústria como ineficiências que poderiam ser minimizadas: i) abertura da atividade de credenciamento a novos

participantes; ii) interoperabilidade de serviços de rede e de terminais POS (do inglês *Point of Sale* ou *Point of Service*) ; iii) neutralidade nas atividades de compensação e de liquidação de transações originadas por intermédio de cartões de pagamento; iv) fortalecimento de esquemas locais de cartões de débito; e v) transparência na determinação da tarifa de intercâmbio.

4 Relacionamento com organismos e foros internacionais

4.1 Fundo Monetário Internacional

A crise financeira internacional evidenciou a necessidade de reformulação do sistema financeiro internacional. Nesse contexto, o papel do Fundo Monetário Internacional foi destacado não apenas no que se refere à mitigação dos efeitos diretos da crise, mas também no que tange a medidas de prevenção a futuros desequilíbrios financeiros na economia mundial.

Em paralelo, a estrutura de representação do FMI sofreu ajustes para melhor refletir o papel crescente das economias emergentes, como o Brasil, na economia global. O Banco Central esteve presente de forma ativa contribuindo para a definição do posicionamento do governo brasileiro.

A atuação do BCB enfatizou a avaliação da conjuntura internacional e de seus impactos, particularmente quanto à discussão de medidas relacionadas ao sistema financeiro. Saliente-se, entre os objetivos almejados, a minimização de riscos relacionados com as distintas velocidades de recuperação das economias avançadas e emergentes, bem como a volatilidade dos fluxos de capitais.

Outras questões cruciais identificadas e discutidas no âmbito do FMI foram a recuperação do sistema financeiro; o fortalecimento da demanda privada e do emprego; a sustentabilidade fiscal; e o papel de países superavitários e deficitários em conta-corrente. Tratou-se, também, do risco de medidas protecionistas e da relevância do avanço nas negociações da Rodada de Doha.

No que diz respeito ao processo de reforma do FMI, foram discutidos avanços em quatro áreas: reforma de quotas/governança; *surveillance*; linhas de financiamento; e estabilidade monetária internacional. O cerne da discussão era obter maior peso para as economias emergentes e em desenvolvimento dentro da instituição, assim como maior envolvimento ministerial e transparência na seleção do diretor-geral do Fundo. Por meio de discussões lideradas pelo G-20 e já ratificadas na Diretoria Executiva do FMI, chegou-se a um acordo, ao final de 2010, com prazo para implantação de dois anos, determinando a transferência de 6% do poder de voto da instituição para os países emergentes e para os países em desenvolvimento dinâmico.

Ao longo do ano, o Fundo atuou no sentido de cumprir outras recomendações acordadas durante as Cúpulas de Líderes do G-20. Houve acordo para o fortalecimento da *surveillance*, dando mais atenção aos países avançados e à estabilidade financeira, e análises de estabilidade financeira (FSSA) de países com sistemas financeiros sistemicamente importantes foram incorporadas à avaliação anual dos países. Em relação à estabilidade monetária, foram solicitados estudos aprofundados para lidar com as questões de fluxos de capital e de acumulação de reservas, incluindo estudos sobre a eficiência de controles de capital.

O Brasil também esteve presente no debate sobre as linhas de crédito preventivas do FMI. Foram implantadas mudanças nas linhas de empréstimo (reforma da *Flexible Credit Line* e introdução da *Precautionary Credit Line*), que contribuíram para o fortalecimento das redes de proteção financeira global. Foram, ainda, solicitadas melhorias quanto ao tratamento de choques sistêmicos e ao relacionamento com arranjos financeiros regionais.

O BCB participou, também, da *Second Roundtable Meeting on Enhancing Collaboration on Financial Stability Analysis*, promovida pelo FMI e pelo Fórum de Estabilidade Financeira (FSB) para a troca de ideias e o fortalecimento da cooperação entre os países na análise da estabilidade financeira diante da crise global.

Dados os bons fundamentos macroeconômicos e a sólida situação de balanço de pagamentos e de reservas, o país continuou a contribuir com o esforço de financiamento do FMI, principalmente por meio da disponibilização de recursos de suas quotas para suprir o Plano de Transação Financeira (FTP) – mecanismo pelo qual o FMI utiliza recursos das quotas para emprestar – e da aquisição de *Notes*, emitidas pelo organismo.

Em relação ao desenvolvimento global, discutiu-se a situação dos países de baixa renda que, em virtude de reformas prévias à crise, apresentaram boa capacidade de recuperação, mas que agora precisam recompor suas defesas e retomar o desenvolvimento.

4.2 G-20

A necessidade de maior cooperação internacional em virtude da crise financeira internacional tornou o G-20 o principal fórum de discussão e de tomada de decisões referentes aos temas econômicos e financeiros globais.

As ações que permearam a pauta do grupo em 2010 podem ser agrupadas em quatro grandes áreas: processo de avaliação mútua de políticas, com a criação de um arcabouço para crescimento forte, sustentável e equilibrado; desenvolvimento de redes de proteção financeira global; fortalecimento da regulação e supervisão financeira; e reforma de instituições financeiras internacionais. Tais assuntos foram tratados em reuniões presenciais e grupos de trabalho, em que o BCB esteve presente de forma efetiva.

Ao longo do ano, o G-20 proporcionou melhorias reais à arquitetura do sistema financeiro internacional. As reformas de quotas e de governança do FMI são um dos exemplos mais claros dessa contribuição, com o objetivo de tornar o Fundo mais efetivo e legítimo, ao tempo em que dá condições à instituição de exercer seu papel de suporte ao sistema monetário e financeiro internacional.

A proposta acordada, que deverá entrar em vigor até o final de 2012, envolve: a transferência de mais de 6% das quotas para economias emergentes e países em desenvolvimento dinâmico, protegendo o poder de voto dos países mais pobres; a duplicação do total de quotas; o aumento na representação de economias emergentes e de países em desenvolvimento dinâmico na Diretoria Executiva do Fundo, por meio da redução de duas cadeiras europeias; e a aprovação de uma Diretoria Executiva de 24 cadeiras totalmente eletiva, sem membros cativos.

O G-20 procurou, ainda, reduzir os desequilíbrios macroeconômicos globais por meio da coordenação de políticas macroeconômicas de seus membros. Em 2010, o Grupo definiu algumas metas importantes, como a adoção de medidas para restabelecer e assegurar a estabilidade do sistema financeiro internacional e o compromisso de reduzir pela metade os déficits fiscais das economias avançadas até 2013, bem como de reduzir as razões dívida/PIB até 2016.

Na Cúpula de Seul, a última do ano, ocorrida em novembro, lançou-se um plano de ação visando fortalecer e assegurar a recuperação econômica; garantir níveis de crescimento forte, equilibrado e sustentável; aumentar a criação de emprego; reduzir a pobreza; e estimular o desenvolvimento.

O G-20 também definiu a criação de um grupo de trabalho para estudar o desenvolvimento, de forma a promover tanto o crescimento econômico inclusivo e sustentável quanto a resiliência dos países em desenvolvimento, além de ter renovado seu compromisso com os objetivos de desenvolvimento do milênio, que devem ser alcançados até 2015.

4.3 Banco de Compensações Internacionais

O BCB participou das reuniões do BIS, nas quais foram debatidos o cenário econômico global e as questões de supervisão bancária e de regulação, especialmente no âmbito do FSB e do Comitê da Basileia de Supervisão Bancária (BCBS), foros que o Brasil integra em virtude de entendimentos mantidos no âmbito do G-20.

O presidente do BCB foi eleito membro do Conselho Diretor do BIS em janeiro de 2010. Também se elegeu, em março de 2010, presidente do Conselho Consultivo para as Américas, criado em 2008 e integrado pelos presidentes dos seis bancos centrais da região membros do BIS (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, EUA e México). Esse conselho é responsável por coordenar os temas de interesse dos bancos centrais da região, assim como acompanhar a aplicação das

recomendações do BIS nas áreas de regulação e supervisão bancária, de funcionamento do mercado e de sistemas de pagamentos e de liquidação.

Em relação ao processo de reforma financeira, destacou-se o avanço, no novo acordo de Basileia, sobre capital de bancos e requerimentos de liquidez e de alavancagem. A regulação, supervisão, resolução transfronteiriça e a *surveillance* macroprudencial são questões que, para o Brasil, ainda merecem atenção. O fortalecimento dos balanços das instituições e o tratamento de instituições sistemicamente importantes são outros aspectos que demandam melhorias.

O BCB participou do *Research Task Force* (RTF), que integra o subcomitê *Policy Development Group* (PDG) do Comitê de Basileia e congrega representantes dos setores de pesquisa em risco e estabilidade financeira de bancos centrais e de autoridades supervisoras de diversos países. Os servidores do BCB fizeram parte do subgrupo Canais de Transmissão de Política Monetária e apresentaram trabalhos em dois *workshops* – Paris (França), em junho de 2010 e Ottawa (Canadá), em outubro de 2010.

A instituição também participa do *Committee on the Global Financial System* (CGFS) e do *Markets Committee* (MC), bem como dos trabalhos e estudos desenvolvidos no âmbito desses comitês.

4.4 Reuniões de presidentes de bancos centrais do Mercado Comum do Sul e de países associados

Em 2010, foram realizadas, na Argentina e no Paraguai, duas reuniões com presidentes de bancos centrais dos países do Mercado Comum do Sul (Mercosul), da Bolívia, do Chile, do Peru e da Venezuela. Nesses encontros, examinaram-se a evolução e as perspectivas da economia mundial *vis-à-vis* à conjuntura econômica em cada país, com destaque para as ações dos bancos centrais no enfrentamento da crise financeira internacional e na manutenção da estabilidade macroeconômica. Adicionalmente, intercambiaram-se experiências sobre temas específicos das atividades de autoridade monetária, como: o papel dos bancos centrais na promoção da estabilidade financeira; medidas não convencionais de política monetária; tendências na administração das reservas internacionais e regulação em matéria de controle de movimentos de capitais.

4.5 Integração regional

As negociações de acordos de integração econômica tomaram nova dinâmica em 2010. O diálogo entre Mercosul e União Europeia, estagnado desde 2004, foi retomado. Ao longo do ano, ocorreram reuniões do Comitê de Negociações Bi-Regional, nas cidades de Buenos Aires,

Bruxelas e Brasília, além de diversas reuniões intra-Mercosul. A negociação entre Mercosul e Colômbia também avançou de forma mais célere. Foram iniciadas, ainda, negociações de acordo estratégico de integração econômica entre Brasil e México – com negociações de serviços financeiros e de investimentos –, bem como de acordo de investimentos entre Brasil e Chile.

O subgrupo de trabalho nº 4 – Assuntos Financeiros do Mercosul, cujo coordenador nacional é o BCB, realizou duas reuniões em 2010, tendo sido a do segundo semestre em Brasília, sob presidência *pro-tempore* brasileira. Foram direcionados esforços para o avanço do “Plano de Ação para o Aprofundamento do Programa de Liberalização do Comércio de Serviços no Âmbito do Mercosul” – Decisão do Conselho do Mercado Comum do Mercosul (CMC) nº 49, de 15 de dezembro de 2008 –, com a revisão da classificação setorial de serviços financeiros para buscar uma classificação comum aos quatro Estados partes. Também foram obtidos avanços na organização dos documentos, com a apresentação de um infográfico digital da estrutura e dos marcos regulatórios do Mercosul, em português e espanhol. Finalmente, foram avaliados os textos propostos para negociação com a União Europeia e com a Colômbia.

4.6 Sistema de Pagamentos em Moeda Local Brasil-Argentina

O Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) vigente com a Argentina continuou sua trajetória ascendente, tanto em volume de operações como no montante cursado, havendo movimentado, até o final de setembro de 2010, um total de R\$860 milhões, valor mais de três vezes superior ao mesmo período do ano anterior. As transações realizadas desde o início do seu funcionamento, em outubro de 2008, superam a marca de R\$1,5 bilhão. Ao longo do ano, foram efetuados estudos e tratativas para permitir a fixação do valor de importações brasileiras em reais, além da inclusão de outros tipos de operações não relacionadas ao comércio exterior, tais como pagamentos de benefícios previdenciários.

O BCB desenvolveu um novo sistema informatizado que permite a incorporação de novos países ao SML, tendo sido executados testes para verificar e validar a solução desenvolvida. Os testes foram bem sucedidos e o novo sistema foi implantado com sucesso. Avançou-se, também, nos testes do sistema a ser implantado com o Uruguai, sendo necessários apenas alguns ajustes finais. Cumpridas as exigências legais para formalização do convênio e aprovada pelo Congresso brasileiro a lei que permitirá ao BCB conceder uma margem de contingência ao Banco Central do Uruguai, as instituições brasileiras e uruguaias poderão dar início às operações no SML.

O BCB recebeu, em abril, delegações dos bancos centrais dos países do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) para troca de experiências e impressões sobre o SML. A instituição também participou da “V Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica”, ocasião em que foi debatida a possível implantação de um mecanismo de pagamentos em moedas locais entre os dois países. Também foram iniciadas negociações com a Colômbia e o Peru.

4.7 Relacionamento com bancos centrais e entidades de supervisão bancária

Ao longo de 2010, o BCB foi crescentemente demandado por outros bancos centrais e instituições oficiais estrangeiras como prestador de cooperação técnica com vistas à troca de experiências e de discussão sobre melhores práticas. Em áreas como regulação, câmbio, fiscalização, organização e meio circulante, foram recebidas autoridades e técnicos de bancos centrais e de organizações afins, em missão de cooperação de Bolívia, Cabo Verde, Cingapura, China, Equador, Finlândia, Hong Kong, Índia, Inglaterra, Japão, Nigéria, Paraguai, Rússia e Ucrânia.

Estão em negociação memorandos de entendimentos para cooperação técnica com os bancos centrais da África do Sul, Angola, China, Cingapura, Itália e com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Nas ações para aprimorar a supervisão do SFN, enfatizou-se o exercício da supervisão global consolidada das instituições e dos conglomerados financeiros autorizados a funcionar por esta autarquia.

Em 2010, os supervisores do BCB realizaram trabalhos de inspeção direta em agências e subsidiárias de bancos brasileiros na Inglaterra, de 7 a 11 de junho; na Alemanha, de 21 a 25 de junho; e no Paraguai, de 25 a 29 de outubro, incluindo reuniões de trabalho com a *Financial Services Authority* (Reino Unido), BaFin (Alemanha) e com a *Superintendencia de Bancos do Banco Central del Paraguay*.

O BCB promoveu, também, o 1º Colégio de Supervisores do Banco Itaú Unibanco, iniciativa pioneira em relação a bancos brasileiros. Além disso, participou de cinco Colégios de Supervisores de bancos estrangeiros com subsidiárias brasileiras – GMAC, *Deutsche Bank*, *Credit Suisse*, Santander e *Rabobank*. Essas experiências contribuíram para a compreensão da situação econômico-financeira, das estratégias e dos riscos assumidos mundialmente por esses bancos.

A instituição participou de reuniões dos grupos de trabalho internacionais dos quais faz parte, como o *Standard Implementation Group* (SIG), o *International Liaison Group – Working Group on Capital* (ILGC) e o *Cross Border Resolution Group* (CBRG), todos do Comitê de Basileia; o *Financial Action Task Force* (GAFI/FATF); e o *Peer Review*, da Espanha, conduzido pelo *Financial Stability Board* (FSB). O BCB também participou, como convidado, do *Supervisory Intensity and Effectiveness of Systemically Important Financial Institutions* (SIE), do FSB, e do 2º Diálogo Brasil-União Europeia sobre Serviços Financeiros.

Como parte do intercâmbio de informações com as autoridades de supervisão estrangeiras, o BCB recebeu representantes de outros -bancos centrais para reuniões com técnicos da área, a fim

de tratar de assuntos relacionados com a supervisão das agências e das subsidiárias brasileiras dos bancos com sede nos respectivos países, como ocorreu por ocasião de inspeção em subsidiária de banco norte-americano em São Paulo, realizada pela *Office of the Comptroller of the Currency* (OCC), de 10 a 21 de maio. Também foram recebidas delegações dos bancos centrais da Nigéria e de Cuba, interessadas em conhecer a estrutura e a metodologia de supervisão bancária do BCB.

Além disso, em 2010, a área de Fiscalização iniciou, ou deu continuidade, ao processo de negociação de acordos formais (MoUs) com as seguintes autoridades de supervisão do exterior: África do Sul, Áustria, China, Itália, República da Coreia e Suíça. Os MoUs são celebrados com a finalidade de facilitar a troca de informações a respeito das instituições supervisionadas, sediadas no Brasil ou no exterior, e de permitir inspeções *in situ* em subsidiárias de bancos brasileiros no exterior e dos supervisores dos países de origem às dependências de seus supervisionados no Brasil. O BCB mantém MoUs com dezessete órgãos de supervisão estrangeiros, de doze países.

4.8 Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos

O Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) movimentou, em 2010, cerca de US\$2,5 bilhões em recebimentos de exportações brasileiras e aproximadamente US\$250 milhões em pagamentos de importações.

Ao longo do ano, o BCB mapeou os riscos a que está exposto por ser responsável pelo repasse dos pagamentos e recebimentos do comércio intrarregional, dando continuidade ao Projeto de Redução de Riscos do CCR, que busca modernizar o referido sistema de pagamentos e mitigar os riscos relacionados. O mapeamento dos riscos do CCR e as medidas sugeridas para mitigá-los foram apresentados para discussão com os demais bancos centrais participantes do convênio.

Foram realizados testes no novo sistema de tecnologia da informação, envolvendo as instituições financeiras brasileiras, o BCB e o Centro de Operações do Convênio, localizado no Banco Central de Reservas do Peru.

Por solicitação do Ministério de Relações Exteriores, o BCB ministrou treinamento a servidores do governo e do banco central nicaraguense sobre o funcionamento do CCR.

4.9 Associação de Supervisores Bancários das Américas

Durante 2010, o Diretor de Fiscalização cumpriu o segundo ano do mandato de presidente da Asba, e o BCB sediou eventos relevantes realizados no Brasil.

Em São Paulo, a Asba, com a coordenação técnica do Banco de Espanha, promoveu, de 22 a 26 de fevereiro, o seminário *Enfoques Avanzados de Gestión del Riesgo de Crédito*. Participantes de diversos países discutiram os aspectos gerais da implementação de Basileia II, as aplicações práticas de colaboração para essa implementação, os elementos de um sistema de gestão de risco de crédito e sua evolução, sistemas de *rating* e de *scoring*, validação, reflexões sobre a crise, entre outros temas.

No Rio de Janeiro, o seminário *Regulación y Supervisión de Instituciones Bancarias Sistémicas – Desarrollos Recientes* foi promovido, de 21 a 23 de setembro, em parceria com a Asba e a coordenação técnica do *Financial Stability Institute (FSI)* do *Bank of International Settlements (BIS)*. O evento teve como objetivo apresentar os trabalhos recentes da regulação e da supervisão de instituições bancárias importantes sob o ponto de vista sistêmico, abrangendo desde a identificação dessas instituições até sua eventual liquidação.

No período de 26 a 29 de outubro, também no Rio de Janeiro, o seminário *Liderazgo para la Supervisión Bancaria* foi realizado em parceria com a Asba e a coordenação técnica do Toronto Centre, abordando a forma de análise de componentes críticos de uma preparação para crises, bem como orientando o planejamento de contingência, em conformidade com as melhores práticas internacionais.

O seminário *Administración y Medición Avanzada del Riesgo de Crédito* foi realizado entre 30 de novembro e 3 de dezembro, também no Rio de Janeiro, em parceria com a Asba e a coordenação técnica do *Federal Reserve (FED)*, com o propósito de proporcionar uma visão geral de técnicas de administração e medição avançada de risco de crédito sob a perspectiva de gestão interna e de supervisão.

A Asba também realizou, em Buenos Aires, a 1ª Conferência de Coordenadores de Capacitação dos seus membros associados, com a participação de representantes desta autarquia, tendo como objetivos principais: divulgar e discutir os principais desafios do Programa de Capacitação da Associação; trocar experiências e formar rede de relacionamento entre os membros participantes; identificar áreas de oportunidades para novas iniciativas de desenvolvimento de recursos humanos.

4.10 Participação do Brasil em representações internacionais

O Brasil continua a ampliar sua influência nos grupos internacionais. Em maio de 2010, integrou o Grupo de Trabalho 8, da Associação de Supervisores Bancários das Américas (Asba), responsável pela definição de diretrizes de boas práticas de administração de liquidez para os países-membros. A participação brasileira no *Capital Monitoring Group (CMG)*, no *Working Group of Liquidity (WGL)*, no *Quantitative Impact Study (QIS)*, entre outros, reforça a solidez

do SFN, ao alinhar o país às melhores práticas de supervisão bancária e ao defender os interesses nacionais nos fóruns internacionais.

5 O Banco Central do Brasil e a sociedade

5.1 Atendimento ao cidadão

O BCB atende ao público, prestando-lhe informações sobre as regras de funcionamento do SFN e seus agentes e sobre atividades e produtos da instituição, envolvendo temas como os cadastros e sistemas de informação mantidos pelo BCB, meio circulante, indicadores financeiro-econômicos, câmbio e capitais internacionais.

Além disso, o BCB recebe denúncias e reclamações contra bancos, administradoras de consórcios e cooperativas, que são enviadas às instituições supervisionadas, para oferecimento de resposta ao interessado e a esta autarquia. A atuação do BCB com relação a essas demandas tem por foco verificar o cumprimento das normas específicas de sua competência, para que as instituições supervisionadas atuem em conformidade com as leis e com a regulamentação.

Em 2010, foram realizados 330,4 mil atendimentos ao público, dos quais 205,4 mil foram pedidos de informação, 25 mil foram denúncias e 100 mil, reclamações. Do total de atendimentos, 41,4% foram registrados por telefone, 39,6% pela internet, 17,2% presencialmente e 1,8% por correspondência.

O total de 25 mil atendimentos a denúncias gerou 25,7 mil ocorrências, sendo que os principais assuntos apresentados pelos cidadãos ao BCB em 2010 foram relacionados à cobrança irregular de tarifas (3,3 mil ocorrências), a débitos não autorizados em conta (2,8 mil) e a problemas de segurança dos meios alternativos (2,4 mil).

Os 100 mil atendimentos a reclamações geraram 108 mil ocorrências. As principais demandas foram problemas no fornecimento de documentos solicitados às instituições financeiras ou administradoras de consórcio (42,7 mil ocorrências), no atendimento prestado pelas instituições (16,4 mil) e na liberação de margem em operação de crédito consignado (10,3 mil).

Em relação aos pedidos de informação, as consultas mais frequentes foram sobre cadastros e sistemas de informações do BCB, como o Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo (CCF), o Cadastro de Clientes do SFN (CCS) e o Sistema de Informações de Crédito (SCR), casos que somaram 29,3 mil pedidos. Também foram fornecidos 32,9 mil relatórios sobre a posição individual de pessoas físicas e jurídicas no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), CCF e SCR. O fornecimento de informações cadastrais, histórico e linha sucessória sobre bancos e demais instituições financeiras totalizam 23,9 mil atendimentos. Foram registrados, ainda, cerca de 130 mil atendimentos relacionados a outros

assuntos, tais como regras e procedimentos sobre cobrança de tarifas, liquidação antecipada de empréstimos e abertura e manutenção de contas em bancos.

5.2 Ouvidoria

A Ouvidoria funciona como elo entre o BCB e os cidadãos, acolhendo suas manifestações, que geram os subsídios para o aperfeiçoamento dos serviços prestados pela instituição. No trabalho desenvolvido pela Ouvidoria em 2010, enfatizou-se o aprimoramento da acessibilidade dos cidadãos com necessidades especiais aos canais de atendimento do BCB.

O relacionamento do cidadão com a Ouvidoria pode ocorrer pelo serviço 0800, pela internet, presencialmente ou por meio de correspondência. Há disponibilidade de formulários, com porte pago, nos totens da Ouvidoria localizados no *hall* de entrada de todos os prédios da instituição.

Uma das melhorias efetuadas foi a adaptação do totem situado no Edifício-Sede do BCB, para possibilitar sua utilização pelo usuário de cadeira de rodas, que passou a contar com mesa deslizante em altura compatível e acesso mais fácil aos formulários e à caixa de coleta. O projeto de adaptação dos totens seguiu as normas técnicas específicas e será estendido a todas as representações regionais.

Com relação à acessibilidade do cidadão, destaca-se, ainda, a instalação da Central de Atendimento ao Surdo, que passou a receber ligações por meio do telefone 0800 642 2345, dedicado exclusivamente a esse público, bem como a instalação de aparelhos telefônicos especiais em todos os edifícios do Banco. Essa solução permite ao deficiente auditivo e da fala entrar em contato com o BCB ou com qualquer instituição que tenha sistema semelhante.

Relativamente às demandas recebidas pela Ouvidoria, observou-se sensível redução, tendo passado de 3,2 mil em 2009 para 2,6 mil em 2010. Essa redução pode ser atribuída principalmente à melhoria dos serviços prestados pelo BCB ao cidadão, ao processo de consolidação de ouvidorias nas instituições financeiras e às ações de esclarecimento a respeito das atribuições do BCB. Do total de demandas recebidas, 66% são reclamações, 14% são sugestões, 13% são críticas e 7% são elogios. Quanto aos canais utilizados pelo cidadão para o envio de manifestações à Ouvidoria, a internet respondeu por 90% do total, seguido do telefone, com 7%, e dos demais canais, com apenas 3%.

5.3 Relacionamento com investidores

Entre as ações para o constante aprimoramento de seus serviços e de seu relacionamento com a sociedade, o BCB implantou, em 2010, plataforma de Tecnologia da Informação (TI) que consolida os diversos módulos do Sistema de Expectativas de Mercado. Isso gerou ganhos em eficiência e precisão, facilitando a entrada de dados das mais de cem instituições participantes e a consulta às estatísticas do sistema pela sociedade. Essa atualização conferiu ao Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central, em vigor desde 1999, o segundo lugar no Segundo Prêmio Regional para Inovação Estatística, concurso promovido pelo Banco Mundial para premiar programas e atividades estatísticas da América Latina e do Caribe que se destacam pela qualidade, utilidade no desenho, implementação e avaliação de políticas públicas prioritárias para o desenvolvimento, e por conter claros elementos de inovação. O concurso recebeu mais de 170 inscrições por parte de entidades públicas e privadas de 26 países.

5.4 Comunicação institucional

Com o objetivo de aprimorar a comunicação com a sociedade e dar ainda mais transparência, unidade, equidade de acesso e agilidade às informações divulgadas, o BCB ampliou e aperfeiçoou suas ferramentas de comunicação em 2010.

As alterações ocorreram com os propósitos de oferecer novos canais de diálogo com os públicos externo e interno; propiciar uma comunicação mais estratégica, integrada e efetiva; e de atender melhor às necessidades atuais de comunicação, com foco nas soluções de colaboração e rede social, favorecendo a governança e a gestão compartilhada.

No que concerne à comunicação digital, foi realizada em 2010 a primeira pesquisa de opinião sobre o *site* do BCB, cujos resultados indicaram alto índice de satisfação: 64,8% dos usuários consideram o *site* ótimo ou bom. A qualidade, a relevância e a atualização da informação foram os aspectos de maior destaque. Já o sistema de busca foi a principal necessidade de melhoria detectada. Para atender a essa demanda, o BCB iniciou a implantação de uma ferramenta de pesquisa mais eficiente. Além disso, foi desenvolvida a reformulação visual do *site*, observando-se padrões de referência em usabilidade e acessibilidade.

Em 17 de dezembro, entrou no ar o novo *site* do BCB, com visual moderno, melhor organização das informações, navegação mais fácil, perfis voltados a públicos específicos e espaços dedicados às redes sociais. Na mesma data, foram lançados a página oficial do BCB no *Twitter*, primeira realização do plano de adesão da instituição às mídias interativas, e o serviço de rádio *release*, em parceria com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

O novo serviço de rádio consiste na publicação de arquivos de áudio para *download* no endereço eletrônico da EBC. As rádios interessadas em obter matérias jornalísticas de assuntos

relacionados ao BCB podem acessar o portal de serviços da EBC (www.ebcsevidicos.ebc.com.br), clicar em Serviços de Rádio, depois em Radioreleases e, então, fazer o *download* gratuito. Os arquivos também podem ser obtidos no *site* do BCB.

Ainda entre as ações de aprimoramento da comunicação, foram feitas mais transmissões ao vivo, pelo *site*, de pronunciamentos do presidente e dos diretores da instituição. O número de acessos às páginas do *site* manteve-se estável, com 955 milhões de requisições de acesso durante o ano.

Esses e outros incrementos, efetuados contínua e progressivamente pelo BCB, têm o objetivo de tornar a *web*, cada vez mais, um canal de transparência e de comunicação aberta e integrada com a sociedade, e de estimular a sinergia interna na discussão de questões técnicas ou de interesse social e a permanente reciclagem de conhecimentos, aprimorando a atuação e o desempenho da instituição.

Também no contexto da comunicação com a sociedade, a instituição lançou, em dezembro, duas campanhas de utilidade pública. Uma delas informou os brasileiros sobre o prazo de entrega da Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE). Foram veiculadas peças impressas e de áudio, além de *e-mail marketing* para o público declarante.

Outra campanha de alcance nacional abordou o lançamento das novas cédulas de R\$50 e de R\$100 da Segunda Família do Real. Nesse caso, foram usados anúncios em revistas, inserção em TV e *spots* de rádio. Além disso, 500 mil fôlderes e 3.650.000 cartazes foram distribuídos, a maior parte destes como encartes em jornais de grande circulação.

5.6 Ação social

O BCB apoia, por meio do programa Despertar, o desenvolvimento de jovens aprendizes, que executam atividades profissionalizantes no Edifício-Sede da instituição e no prédio da Universidade Corporativa do Banco Central (UniBacen), ambos em Brasília. O programa tem como principal objetivo oferecer a experiência do primeiro emprego a adolescentes de 16 a 18 anos em situação de risco social.

Em 2010, participaram desse programa de inclusão 138 adolescentes, dos quais 94 se formaram como auxiliares de serviços administrativos e receberam o certificado de participação. Ainda, por meio de convênios, 260 estudantes de nível superior e 21 de nível médio participaram de estágios profissionalizantes.

5.7 Acervo cultural e numismático

O Museu de Valores recebeu 28.741 visitantes ou, em média, 2.395 visitantes por mês em 2010. Destes, 70% eram crianças e jovens em idade escolar, que receberam informações sobre história, uso e conservação do dinheiro, atendidas dentro do projeto Museu Escola.

O projeto “O Museu de Valores vai às Escolas Rurais do DF” foi a sete escolas rurais. Participaram das palestras 873 alunos, e 4.087 receberam publicações relativas ao Museu e ao BCB. Esse programa tem por objetivo atender estudantes do ensino fundamental em escolas da rede pública localizadas em área de difícil acesso, levando até eles uma apresentação itinerante sobre o Museu de Valores e oferecendo material educativo.

No tocante à administração, preservação e divulgação do acervo artístico, destacaram-se, em 2010, o levantamento das obras de arte localizadas nas nove gerências regionais do BCB e na sede, em Brasília; a aprovação do anteprojeto de Reclassificação do Acervo de Arte; a higienização e digitalização, ainda em execução, de 70% das peças do acervo do Museu e da Galeria; a continuidade dos trabalhos de alimentação de dados e dos testes de melhoria do Sistema Acervo, bem como o levantamento de dados históricos nos processos relativos ao acervo de arte para a complementação do banco de dados do Sistema.

Durante todo o ano, o BCB promoveu exposições em Brasília e nas regionais. Na Galeria de Arte, situada no 8º andar do Edifício-Sede, foi concluído o Projeto Portinari, que teve início em agosto de 2009. A exposição “Candido Portinari em Obras”, última etapa do projeto, que contou com serviços educativos e de transporte gratuitos para escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal, encerrou-se em junho de 2010. Foram distribuídos materiais gráficos impressos em português, inglês e espanhol – catálogo, fôlder Roteiro do Olhar e fôlder da exposição.

Em outubro, a Galeria passou a abrigar exposição intitulada “Trilhas da Modernidade”, que reuniu 63 obras modernistas do acervo do BCB, entre pinturas e gravuras. Também foram realizadas, no *hall* do Edifício-Sede, duas edições da Coletiva de Funcionários e a Coletiva Mirim, com trabalhos artísticos da comunidade do BCB.

O BCB promoveu, ainda, em comemoração dos 50 anos da capital federal, a exposição “Brasília 50 anos: moedas, fatos e fotos”, que ficou em cartaz no saguão do Edifício-Sede entre 15 de abril e 23 de maio. Em 22 de julho, a mostra foi levada ao Boulevard Shopping, em Brasília, onde recebeu, até 29 de agosto, 2.451 visitantes.

Como o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão do Museu de Valores e do seu acervo numismático e cultural, bem como facilitar a interatividade de seus administradores nas diferentes praças do Banco, foi criada, na intranet, a comunidade BC Cultural, que reúne notícias e informações com o intuito de ser uma ferramenta de comunicação e de desenvolvimento. Além disso, servidores do BCB que fazem parte da administração do Museu de Valores nas diversas praças e convidados participaram do 2º Encontro de Administração do Museu, realizado no Rio de Janeiro, de 7 a 11 de junho, onde ampliaram conhecimentos e discutiram estratégias para melhorar os processos de trabalho e o planejamento das atividades do setor cultural do BCB.

Nesse contexto, foi concluído o Plano Museológico do Museu de Valores, de acordo com a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Nele, foram estabelecidos a missão, os objetivos estratégicos, o regimento interno e o plano de ação para o período 2010/2014.

Tal plano prevê o fortalecimento das relações entre o BCB e as instituições com as quais o Museu de Valores mantém intercâmbio científico e social, bem como a participação nas redes museológicas e em outras de natureza temática assemelhada, em nível local, nacional e internacional, o que já começou a se consolidar em novembro de 2010, no encontro do Comitê Internacional de Museus Monetários (Icomon), ocorrido durante congresso promovido pelo Comitê Internacional de Museus (Icom), em Xangai, na China, no qual servidora do BCB foi indicada para representar a América Latina e o Caribe perante o Icomon, no biênio 2011/2013.

5.8 Programa de Educação Financeira

O BCB mantém, desde 2003, o Programa de Educação Financeira (PEF), que envolve a realização de campanhas e ações educativas com o objetivo de orientar a sociedade sobre assuntos financeiros em geral.

Tal programa, mesmo sendo anterior, alinha-se completamente aos objetivos e às diretrizes da Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), instituída pelo Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010.

A Enef é uma iniciativa do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec), constituído em 2006 e formado por BCB, CVM, Previc e Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Por meio de projetos direcionados e ações coordenadas, a Enef visa promover e fomentar a cultura de Educação Financeira no país e ampliar o nível de compreensão do cidadão para fazer escolhas conscientes relativas à administração de seus recursos. Com isso, espera-se que a sociedade desenvolva habilidades financeiras que ajudem na identificação dos riscos e oportunidades envolvidos nas decisões econômicas. Como consequência, ficam fortalecidas tanto a cidadania quanto a eficiência e a solidez do SFN.

Com a aprovação da Enef, o Programa de Educação Financeira do BCB tornou-se mais conhecido do público em geral, e seu alcance foi ampliado em decorrência da maior demanda.

Por exemplo, durante o ano, o BCB promoveu palestras e cursos de Educação Financeira para diversas organizações públicas e privadas, em diferentes estados da Federação, com aproximadamente vinte turmas e quatrocentas pessoas capacitadas, além de aproximadamente 1.300 presentes a cerca de 20 palestras realizadas em 2010. Parte dos alunos do curso Gestão de Finanças Pessoais atuará como multiplicadora do curso em todo o país. Entre os cidadãos

capacitados estão vários servidores recém-empossados no BCB, além de muitos que já adquiriram, ou adquirirão em breve, o direito de se aposentar.

Na esfera internacional, o BCB assumiu posição no Comitê Assessor (*Advisory Board*) da Rede Internacional de Educação Financeira (Infe, na sigla em inglês) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Adicionalmente, o BCB passou a exercer o papel de coordenador nacional das ações de educação financeira no país, perante a OCDE.

Ainda no âmbito internacional, representantes do BCB participaram de vários seminários e fóruns sobre o tema, inclusive ministrando palestras sobre a Enef e sobre as iniciativas do Programa de Educação Financeira do BCB.

5.9 Cédulas e moedas em circulação

O meio circulante teve aumento de 14,6% sobre o ano anterior e chegou a R\$151,1 bilhões em 2010. Houve crescimento da circulação de cédulas e moedas, refletindo as ações empreendidas para o aumento da disponibilidade de numerário necessário ao atendimento das transações do público, em especial a oferta de troco.

A ação rotineira de retirada de circulação de cédulas sem condição de uso, com a finalidade de garantir a qualidade do dinheiro em poder do público, levou à destruição de 1,8 bilhão de cédulas em 2010.

Foram realizadas 89 inspeções em dependências custodiantes, que concentraram no ano cerca de 90% do estoque de numerário do BCB em custódia. As inspeções contribuem para assegurar o suprimento ao meio circulante com qualidade adequada às necessidades da economia nacional. Nessas ocasiões, o BCB também realiza reuniões com bancos, clubes de diretores lojistas e com associações comerciais para avaliar o grau de satisfação com a oferta de numerário, bem como faz palestras sobre conservação das cédulas e reconhecimento do dinheiro legítimo.

Relativamente à incidência de falsificações de cédulas, pelo terceiro ano consecutivo, houve redução no volume de cédulas falsas apreendidas, motivado em parte pelo comportamento do público, que verifica mais o seu dinheiro, e por ações de combate ao crime de falsificação de moeda, objeto de acordo de cooperação firmado entre o BCB e a Polícia Federal.

Foram lançadas as novas cédulas de R\$50 e R\$100 da Segunda Família do Real, atualizadas tecnologicamente para aprimorar a segurança e diminuir o risco de falsificações.

Essa iniciativa observa diretrizes de responsabilidade social, na medida em que oferece mecanismos confiáveis para verificação da autenticidade das cédulas por todos os segmentos da

sociedade, inclusive os deficientes visuais, e diminui o risco de prejuízo individual para o cidadão.

Como parte das comemorações dos 50 anos de Brasília e da realização da Copa do Mundo de Futebol na África do Sul, foram lançadas moedas comemorativas em prata, com tiragens de seis mil e nove mil peças, respectivamente.

No âmbito das ações permanentes de divulgação dos elementos de segurança do Real, prosseguiu-se com a promoção de cursos, palestras e exposições itinerantes, com o objetivo de difundir informações sobre as cédulas e de orientar sobre como proceder no caso de recebimento de notas suspeitas de falsificação.

Cédulas e moedas em circulação

	31/12/2009	31/12/2010	
Cédulas Denominação	Quantidade (milhões)	Quantidade (milhões)	Variação (2010/2009)
1	162,3	153,2	-6%
2	721,0	769,7	7%
5	414,6	425,3	3%
10	696,5	731,3	5%
20	624,1	695,3	11%
50	1.522,6	1.632,6	7%
100	292,3	406,1	39%

	31/12/2009	31/12/2010	
Moedas Denominação	Quantidade (milhões)	Quantidade (milhões)	Variação (2010/2009)
0,01	3.190,8	3.190,8	0%
0,05	3.597,1	4.031,9	12%

0,10	4.017,6	4.462,3	11%
0,25	1.678,7	1.898,1	13%
0,50	1.533,8	1.728,0	13%
1,00	1.575,8	1.842,5	17%

6 Ação institucional

6.1 Relacionamento com o Congresso Nacional

Em 2010, entre as ações de intercâmbio do BCB com o Poder Legislativo, destacaram-se as audiências concedidas pelos dirigentes da autarquia a parlamentares e as audiências públicas nas casas do Congresso Nacional com a participação de representantes da instituição, a exemplo da audiência com o presidente do BCB em reunião conjunta de diversas comissões temáticas da Câmara e do Senado e na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, em que foram feitas exposições acerca do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial. Também foram realizadas sabinas no Senado Federal para exame da indicação de dois novos diretores e do presidente do BCB.

O BCB colaborou, no nível federal, com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar a dívida pública da União, dos estados e dos municípios; o pagamento de juros correspondentes; os beneficiários desses pagamentos e o impacto nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável do país. A instituição contribuiu também para a CPI destinada a investigar liberação, pelo governo federal, de recursos públicos para organizações não governamentais e para organizações da sociedade civil de interesse público. Em nível estadual, diversas CPIs demandaram informações ao BCB, relativas ao sigilo bancário das pessoas físicas e jurídicas sob investigação das comissões.

Visando auxiliar o Poder Legislativo na compreensão de temas relacionados ao BCB (em particular sobre o mercado de crédito e o comportamento das taxas de juros e o *spread* bancário), servidores do Banco participaram de reuniões, com membros da Diretoria do Banco, na Comissão de Finanças e Tributação, bem como com alguns deputados, para avaliação da proposta de um sistema de metas para o *spread*.

A atuação junto ao Parlamento incluiu, ainda, respostas a pleitos, formais e informais, oriundos do Poder Legislativo, incluindo atendimento a Requerimentos de Informação, de autoria dos deputados e senadores. Também se manteve a preocupação de acompanhar, de forma sistemática, proposições legislativas que versam sobre matérias da esfera de competência da instituição, de forma a cooperar na elaboração das novas leis brasileiras.

6.2 Atendimento ao Poder Judiciário

O BCB atendeu, em 2010, mais de 4.200 demandas oriundas dos Poderes Constituídos, sendo sua maioria proveniente do Poder Judiciário. Desse total, o sistema Bacen Jud registrou 4.150

pedidos, apresentando acréscimo de 1,2% em relação ao ano anterior. O número de ordens judiciais em papel – 57,9 mil – representou redução de 16,5% em relação ao ano anterior.

6.3 Seminários, conferências e outros eventos

O BCB promoveu cerca de 180 eventos em 2010, com a presença de 16 mil pessoas. Entre os mais importantes, destacam-se os seminários anuais de “Metas para a Inflação” (12º edição) e de “Riscos, Estabilidade Financeira e Economia Bancária” (5º edição), realizados, respectivamente, no Rio de Janeiro e em São Paulo, com o objetivo de fomentar a discussão de estudos técnicos e a troca de experiências entre especialistas nacionais e internacionais sobre formulação e execução da política monetária. O segundo foi realizado em parceria com o seminário “*The Financial Crisis of 2008 – Credit markets and effects on developed and emerging economies*”, que contou com a participação de pesquisadores de diversos países e foi promovido com a colaboração do *Bank of Finland*, do *Federal Reserve Bank of Atlanta* e do *Journal Financial Stability*.

O BCB também promoveu, em Brasília, com transmissão para todas as estações de trabalho, o Seminário Internacional sobre Responsabilidade Socioambiental, com o objetivo de sensibilizar os servidores do BCB sobre os temas responsabilidade socioambiental e educação financeira. Ainda em Brasília, foi realizado o “*VI Central Bank Risk Management Conference*”, com a presença de mais de vinte bancos centrais da Europa, América, Ásia e África. A conferência teve como principal objetivo discutir os modelos e abordagens de risco e o impacto da crise financeira na gerência e na governança.

No Rio de Janeiro, foi realizado o Seminário Internacional sobre Cartões, com a participação de especialistas da União Europeia e da América do Norte, tanto do setor público como do setor privado. O seminário teve o objetivo de fomentar discussões sobre a indústria de cartões de pagamento, com foco na atual situação no Brasil e no mundo, nas experiências regulatórias na Europa e nos EUA e em cenários futuros.

Em parceria com o Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (Cemla), o BCB foi responsável pela realização da XIV Reunião sobre Administração de Recursos Humanos de Bancos Centrais, em Salvador.

Com o objetivo de construir uma agenda para promoção de adequada inclusão financeira no Brasil, por meio de parcerias, em busca de um sistema financeiro sustentável, eficiente e inclusivo, o BCB promoveu, em Brasília, o II Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira.

Registrou-se também, em 2010, o aprofundamento das discussões sobre risco operacional de bancos centrais, tendo o BCB sediado a V Conferência Anual do *International Operational Risk Working Group* (IORWG), e elaborado o documento Política de Gerenciamento de Riscos do BCB, submetido à Diretoria Colegiada do Banco.

Foi realizado ainda o *XII Workshop in International Economics and Finance*, em parceria com a *Universidad Torcuato di Tella* (UTDT) – Argentina, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Associação de Economia da América Latina e do Caribe (Lacea). Essa conferência reuniu pesquisadores de alto nível, além de pessoas responsáveis pela execução de ações de política monetária, para discutir os problemas enfrentados por países da América Latina, incentivando a produção de estudos e pesquisas para a solução desses problemas.

Em função de projeto conjunto com o Banco Mundial para elaboração de estudos sobre o mercado de crédito no Brasil, foi realizado *workshop* em São Paulo, na sede do *International Finance Corporation* (IFC), em 16 e 17 de junho, com a participação de membros do BCB e do Banco Mundial. No evento em questão, foram apresentados dez artigos sobre o mercado de crédito no Brasil.

Adicionalmente, foram apresentados, dentro da Série de Seminários Acadêmicos, 22 seminários em Brasília e sete no Rio de Janeiro, com o objetivo de disseminar resultados de pesquisas de interesse do Banco e incentivar maior interação do corpo técnico da instituição com a comunidade acadêmica.

Com esse mesmo intuito, de divulgar resultados e receber sugestões de participantes do mercado, de acadêmicos e de outras instituições governamentais, participaram de seminários, congressos e *workshops* no Brasil e no exterior, assim como de treinamentos e visitas técnicas, visando à constante aprendizagem e atualização de conhecimentos.

6.4 Atuação legal

O BCB finalizou o exercício de 2010 acompanhando e avaliando, na área do contencioso judicial, os riscos de 6.760 ações movidas em face da autarquia, tendo verificado os valores de interesse e a possibilidade de perda em cada uma delas. Em 1.248 ações, foi estimado o risco de perda de R\$2.696.925.592,34. Igual procedimento foi adotado em 93 ações judiciais relativas ao Proagro, resultando estimativa de perda no valor de R\$62.829.425,32.

Nos processos encerrados ao longo do exercício, o resultado foi favorável ao BCB em 6.204 ações judiciais de conhecimento ou cautelares e desfavorável em 416. Em 1.103 dos casos com resultado favorável, a autarquia foi excluída da lide ou o processo foi extinto sem julgamento do mérito.

Quanto a 10.477 ações judiciais relativas ao denominado Plano Collor, foi instituído procedimento especial de revisão, o que contribuiu para o arquivamento definitivo de 5.090 processos de acompanhamento e para o arquivamento provisório de outros 2.563.

O Banco Central recebeu requisição para pagamento de 145 precatórios em 2011 e em exercícios seguintes, sendo 131 com recursos do Banco Central e 14 com recursos do Proagro, totalizando o estoque contábil acumulado, em 31 de dezembro de 2010, de R\$1,08 bilhão, destinado ao pagamento de precatórios expedidos desde 2002.

Por outro lado, foram registradas 121 novas inscrições em dívida ativa, no valor originário total de R\$13.504.754.998,37, a maior parte dele correspondente a créditos do BCB constituídos em face de instituições financeiras submetidas a liquidação extrajudicial ou falência. Das inscrições referidas, cinco são oriundas de contratos; 108 referem-se a multas administrativas aplicadas pela autarquia; sete resultam de créditos diversos, compreendidos no exercício de suas atribuições de supervisão do SFN; e uma é decorrente de sentença judicial.

6.5 Projeto Recuperação de Créditos

Em 2010, foram elaborados 11.534 documentos, e baixadas ou canceladas 112 certidões de dívida ativa (CDA) no curso do projeto Recuperação de Créditos do Banco Central, destinado a promover o exame de todos os processos de execução fiscal em andamento e de todas as ações e precatórios com depósitos judiciais registrados na contabilidade da autarquia, para adoção de providências administrativas e judiciais voltadas à arrecadação dos créditos correspondentes.

Como resultado do projeto, foi recuperado, desde seu início, em agosto de 2006, até dezembro de 2010, o montante de R\$196.520.642,95.

7 Ação administrativa

7.1 Gestão interna

Um banco central cada dia mais eficaz e eficiente, que preste um serviço de ainda mais excelência à população brasileira. Para alcançar esse objetivo, o BCB tem executado, desde o fim de 2009, um projeto estratégico de aprimoramento de sua gestão, cuja primeira fase foi concluída em 2010.

Ao longo do ano, foram empreendidos esforços para aprimorar o processo de planejamento estratégico do BCB, desdobrando as orientações estratégicas nos níveis tático e operacional. Foram mapeados e redesenhados 32 processos de trabalhos prioritários, e desenvolvida uma metodologia de gerenciamento do portfólio de projetos do banco, o que contribuiu para otimizar a alocação de recursos.

De forma a garantir a consolidação desse esforço de aprimoramento, ações também foram desenvolvidas para alinhar a cultura organizacional e os estilos gerenciais a um modelo de gestão com foco em resultados. O projeto tem previsão de encerramento em 2011.

Gestão da carteira de projetos corporativos

Ainda como esforço de aprimoramento da gestão interna, em 2010 foram implantados processos de gerenciamento do portfólio corporativo, que reuniu os projetos que compõem a carteira do BCB em cinco cestas: Negócio, Fortalecimento Institucional, Sustentabilidade do Negócio, Eventos e Mandatórios. A metodologia de gerenciamento de portfólio corporativo prevê a priorização, em cada cesta, dos projetos considerados prioritários para o BCB. Também foram promovidas ações de desenvolvimento de competências em gerenciamento de projetos, com a capacitação de 21 agentes de gerenciamento de projetos e de quatro escritórios de projetos, com impacto para 23 unidades e 79 projetos corporativos.

Esse esforço resultou na evolução da maturidade do gerenciamento de projetos do BCB para 3,2 pontos (na escala do modelo de maturidade Prado-PMMM, que vai de 1 a 5), o que, em outras palavras, significa que a instituição possui uma plataforma de gerenciamento de projetos sólida: bons padrões metodológicos, informatização, bom nível de competências, alinhamento estratégico dos projetos e estrutura organizacional adequada.

Gestão de pessoas

Desde 2009, o BCB vem desenvolvendo ações para mitigar o risco operacional em recursos humanos representado pelo significativo número de aposentadorias previsto (aproximadamente 35% dos servidores poderão se aposentar até 2014). Foram implementadas ações relacionadas à

gestão do conhecimento, à identificação e formação de sucessores e à mobilidade interna. Durante o ano, aposentaram-se 331 servidores, número que ultrapassa em 22% o total de aposentadorias verificado em 2009 (270).

Nesse contexto, destaca-se a realização de concursos públicos, que permitiram, no transcorrer de 2010, a reposição parcial do quadro de pessoal por meio do ingresso de vinte procuradores, 350 analistas e 150 técnicos.

Em 31 de dezembro de 2010, o quadro de pessoal do BCB totalizava 4.882 servidores, assim distribuídos: 3.994 analistas, 702 técnicos e 186 procuradores.

Gestão patrimonial

Para adequar as instalações do BCB, em todas as praças em que opera, às reais necessidades, tanto de segurança como de conforto – notadamente aquelas decorrentes das atividades do Departamento do Meio Circulante, que requerem instalações especiais –, está em fase final a licitação para contratar a construção de novo prédio no Rio de Janeiro, bem como para elaboração dos projetos para os edifícios-sede em Salvador e Porto Alegre.

Ações vinculadas à responsabilidade socioambiental foram desenvolvidas durante todo o ano, entre as quais se destacaram os acordos e convênios firmados pelas gerências administrativas regionais com instituições que atuam nessa área. Cabe registrar também o convênio de Cooperação Técnica e Financeira entre o BCB, o Governo do Estado do Pará e a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), para utilização de cédulas trituradas na produção de composto orgânico.

Com vistas a dar visibilidade aos acervos numismático e de documentos históricos sob guarda do BCB e garantir sua preservação, está em andamento o Projeto Acervos, que tem como atividades principais o diagnóstico, tratamento, digitalização e disponibilização das imagens pela internet de acervo que inclui todas as moedas e cédulas emitidas no Brasil, registros de emissões e transferências de títulos do Tesouro nos séculos XIX e XX, documentos manuscritos datados a partir de 1775, entre outros, de importância fundamental para estudos e para o entendimento da evolução econômica e financeira do país, e de grande valor como peças históricas.

7.2 Universidade Corporativa do Banco Central

Em convênio firmado com a Polícia Federal, a UniBacen promoveu a capacitação de 75 servidores do Departamento de Segurança (Deseg) em competências específicas ao pleno desenvolvimento de suas funções.

No mês de maio, realizou-se, em Salvador, a IX Reunião sobre Administração de Recursos Humanos de Bancos Centrais, com o tema central “Recursos Humanos Estratégicos”. O evento foi promovido e coordenado pelo BCB em parceria com o Centro de Estudos Monetários Latinoamericanos (Cemla). Participaram do evento representantes dos bancos centrais dos seguintes países: Argentina, Bahamas, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, França, Guatemala, Honduras, México, Paraguai, Portugal, Uruguai e Venezuela. Compareceram também membros do Cemla e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No contexto dos esforços para aprimoramento da gestão estratégica da instituição, mais de 70% dos gestores foram capacitados em temas-chave, como liderança e cultura organizacional.

O Programa de Pós-Graduação (PPG) liberou treze servidores para capacitação *stricto sensu*, que estão licenciados para cursos de mestrado e de doutorado no país e no exterior, em áreas de interesse do BCB. Além disso, onze servidores receberam patrocínio financeiro para capacitação *lato sensu*.

O programa de idiomas permitiu que 256 servidores aprimorassem o conhecimento nas línguas inglesa e espanhola.

Adicionalmente, o Programa de Incentivo à Primeira Graduação proporcionou auxílio financeiro a 24 servidores.

7.3 Tecnologia da Informação

Entre as várias iniciativas realizadas pelo BCB, em 2010, na área de TI, destaca-se a disponibilização, na internet, do Sistema de Transferência de Fundos (STR *Web*), que propiciou a abertura e movimentação de Conta de Liquidação no Banco Central por parte de instituições não bancárias (corretoras, distribuidoras e cooperativas), aumentando a competitividade no SFN. O Sistema STR *Web* é inovador também quanto ao mecanismo de acesso às transações, por ser o primeiro disponibilizado pelo BCB com a utilização de certificação digital, que propicia ganhos significativos em termos de segurança da informação.

Ainda na linha da modernização tecnológica, deu-se continuidade a projeto para a implantação de sistema de processo administrativo eletrônico. O objetivo do Banco é alcançar excelência nos processos decisórios e maior racionalização dos recursos pela possibilidade de drástica diminuição do uso do papel, com a finalidade de desempenhar sua missão institucional com mais eficiência e agilidade.

Em continuidade ao aprimoramento da Governança de Tecnologia da Informação, houve a centralização, em Brasília, dos atendimentos telefônicos aos usuários do Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen), medida que proporcionou melhor gestão no encaminhamento e na

solução dos atendimentos realizados, possibilitando ao BCB oferecer um serviço com maior disponibilidade, qualidade e padronização, porquanto mais eficiente e controlado.

7.4 Atividades da Corregedoria

No exercício de 2010, foram instauradas duas sindicâncias disciplinares acusatórias e dois processos administrativos disciplinares, que resultaram na aplicação de duas penalidades de advertência e uma de suspensão pelo prazo de cinco dias.

8 Orientações estratégicas do Banco Central

MISSÃO INSTITUCIONAL

Assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente.

VISÃO DE FUTURO 2014

O BCB, por sua atuação autônoma, pela qualidade dos seus produtos e serviços, assegurada pelos seus processos de gestão, pela competência dos seus servidores, será reconhecido cada vez mais como instituição essencial à estabilidade econômica e financeira, indispensável ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

VALORES ORGANIZACIONAIS

Ética – Agir com integridade, honestidade e probidade para a preservação dos interesses institucionais e dos princípios que regem a Administração Pública.

Excelência – Aprimorar continuamente os padrões de desempenho para atender às expectativas dos clientes internos e externos, mantendo-se alinhado às melhores práticas internacionais.

Compromisso com a instituição – Priorizar os interesses da instituição em relação a interesses pessoais ou de grupos e atuar com foco na missão, na visão e nos objetivos estratégicos da instituição.

Foco em resultados – Atuar com iniciativa e proatividade, identificando prioridades e concentrando ações no que é relevante para alcançar os resultados pretendidos pela instituição.

Transparência – Informar, interna e externamente, sobre decisões de políticas e procedimentos, de forma aberta, clara e em tempo oportuno, observadas as restrições de ordem legal ou de caráter estratégico.

Responsabilidade social – Agir tendo a ética como compromisso e o respeito como atitude nas relações com servidores, colaboradores, fornecedores, parceiros, usuários, comunidade, governo.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 2010- 2014

1. Assegurar o cumprimento das metas de inflação estabelecidas pelo CMN.
2. Assegurar a solidez e o regular funcionamento do SFN.
3. Promover a eficiência do SFN e a inclusão financeira da população.
4. Assegurar o suprimento de numerário adequado às necessidades da sociedade.

5. Aprimorar o marco regulatório para o cumprimento da missão institucional.
6. Promover melhorias na comunicação e no relacionamento com os públicos interno e externo.
7. Aprimorar a governança, a estrutura e a gestão da instituição.
8. Fortalecer a inserção internacional da instituição.

9 Estrutura organizacional do Banco Central

Diretoria Colegiada

Presidente

Henrique de Campos Meirelles

Diretores

Administração (Dirad)

Anthero de Moraes Meirelles

Assuntos Internacionais (Direx)

Luiz Awazu Pereira da Silva

Fiscalização (Difis)

Alvir Alberto Hoffmann

Liquidações e Desestatização (Dilid)

Antonio Gustavo Matos do Vale

Normas e Organização do Sistema Financeiro (Dinor)

Alexandre Antonio Tombini

Política Econômica (Dipec)

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo

Política Monetária (Dipom)

Aldo Luiz Mendes

Secretaria-Executiva

Secretária-Executiva (Secre)

Carolina de Assis Barros

Chefe de Gabinete do Presidente

Carolina de Assis Barros

Gerente-Executivo de Eventos, Publicações e Acervo Cultural (Gepac)

José Linaldo Gomes de Aguiar

Secretário para Assuntos da Diretoria e do Conselho Monetário Nacional (Sucon)

Henrique Balduino Machado Moreira

Gerente-Executivo de Apoio Administrativo e Tecnológico (Geate)

José Augusto Varanda

Gerente-Executiva de Segurança Institucional (Geint)

Juliana Sayure de Oliveira Zyahana

Consultores da Diretoria

Administração (Dirad)

Everaldo José da Silva Júnior

Assuntos Internacionais (Direx)

Dalmir Sérgio Louzada

Fiscalização (Difis)

Andréia Laís de Melo Silva Vargas

Liquidações e Desestatização (Dilid)

José Irenaldo Leite de Ataíde

Normas e Organização do Sistema Financeiro (Dinor)

Otávio Ribeiro Damaso

Política Econômica (Dipec)

Katherine Hennings

Política Monetária (Dipom)

Emanuel Di Stefano Bezerra Freire

Procuradoria-Geral

Procurador-Geral

Isaac Sidney Menezes Ferreira

Auditoria Interna

Auditor-Chefe

Osmane Bonincontro

Corregedoria-Geral

Corregedor-Geral

Jaime Alves de Freitas

Ouvidoria

Ouvidor

Hélio José Ferreira

Assessoria Parlamentar

Chefe da Assessoria

Luiz do Couto Neto

Departamento de Comunicação Institucional (Decom)

Chefe do Departamento

Ricardo Franco Moura

Chefes de unidade e Gerentes-Executivos

Administração (Dirad)

Departamento de Contabilidade e Execução Financeira (Deafi)

Eduardo de Lima Rocha

Departamento de Gestão de Pessoas (Depes)

José Clóvis Batista Dattoli

Departamento de Planejamento, Orçamento e Organização (Depla)

Adalberto Felinto da Cruz Junior

Departamento de Recursos Materiais e Patrimônio (Demap)

Antonio Carlos Mendes Oliveira

Departamento de Segurança (Deseg)

Gontron Magalhães Junior

Departamento de Tecnologia da Informação (Deinf)

Jose Antonio Eirado Neto

Departamento do Meio Circulante (Mecir)

João Sidney de Figueiredo Filho

Gerência-Executiva de Projetos (Gepro)

André Pinheiro Machado Mueller

Assuntos Internacionais (Direx)

Departamento de Assuntos Internacionais Internacionais (Derin)

Wagner Thomaz de Aquino Guerra Junior

Gerência-Executiva de Normatização de Câmbio e Capitais Estrangeiros (Gence)

Geraldo Magela Siqueira

Fiscalização (Difis)

Departamento de Prevenção a Ilícitos Financeiros e de Atendimento de Demandas de Informação do Sistema Financeiro (Decic)

Ricardo Liáo

Departamento de Controle e Análise de Processos Administrativos Punitivos (Decap)

Cláudio Jaloretto

Departamento de Controle de Gestão e de Planejamento da Supervisão (Decop)

Arnaldo de Castro Costa

Departamento de Supervisão de Bancos e Conglomerados Bancários (Desup)

Carlos Donizeti Macedo Maia

Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não-Bancárias (Desuc)

Jose Angelo Mazzilo Junior

Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Informação (Desig)

Sidnei Corrêa Marques

Gerência-Executiva de Relacionamento da Fiscalização (Gefis)

Eduardo de Andrade Castro

Liquidações e Desestatização (Dilid)

Departamento de Liquidações Extrajudiciais (Deliq)

Dawilson Sacramento

Gerência-Executiva de Regulação e Controle das Operações Rurais e do Proagro (Gerop)

Deoclécio Pereira de Souza

Normas e Organização do Sistema Financeiro (Dinor)

Departamento de Normas do Sistema Financeiro (Denor)

Sergio Odilon dos Anjos

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)

Luiz Edson Feltrim

Política Econômica (Dipeç)

Departamento Econômico (Depec)

Altamir Lopes

Departamento de Estudos e Pesquisas (Depep)

Adriana Soares Sales

Gerência-Executiva de Estudos Especiais (Geesp)

Maria Goreth Miranda Almeida Paula

Gerência-Executiva de Relacionamento com Investidores (Gerin)

Renato Jansson Rosek

Política Monetária (Dipom)

Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban)

Daso Maranhão Coimbra

Departamento de Operações das Reservas Internacionais (Depin)

Márcio Barreira de Ayrosa Moreira

Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab)

João Henrique de Paula Freitas Simão

Gerência-Executiva de Risco da Área de Política Monetária (Gepom)

Isabela Ribeiro Damaso Maia

10 Endereços do Banco Central

Brasília (Sede)

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede

Caixa Postal 08670

70074-900 Brasília – DF

Tel.: (61) 3414-1414

Belém

Boulevard Castilhos França, 708 – Centro

Caixa Postal 651

66010-020 Belém – PA

Tel.: (91) 3181-2000

Belo Horizonte

Avenida Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho

Caixa Postal 887

30170-001 Belo Horizonte – MG

Tel.: (31) 3253-7000

Curitiba

Avenida Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico

Caixa Postal 1.408

80530-914 Curitiba – PR

Tel.: (41) 3281-3000

Fortaleza

Avenida Heráclito Graça, 273 – Centro

60140-061 Fortaleza – CE

Tel.: (85) 3308-5488 ou 3308-5529

Porto Alegre

Rua Sete de Setembro, 586 – Centro

Caixa Postal 919

90010-190 Porto Alegre – RS

Tel.: (51) 3215-7100

Recife

Rua da Aurora, 1.259 – Santo Amaro

50040-090 Recife – PE

Tel.: (81) 2125-4100

Rio de Janeiro

Avenida Presidente Vargas, 730 – Centro

Caixa Postal 495

20071-001 Rio de Janeiro – RJ

Tel. (21) 2189-5244

Salvador

Avenida Anita Garibaldi, 1.211 – Ondina

Caixa Postal 44

40210-901 Salvador – BA

Tel.: (71) 2109-4500

São Paulo

Avenida Paulista, 1.804 – Bela Vista

01310-922 São Paulo – SP

Tel.: (11) 3491-6122

Central de Atendimento ao Público

Endereço: Secre/Surel/Diate

Edifício-Sede – 2º subsolo

SBS – Quadra 3 – Zona Central

70074-900 Brasília-DF

DDG: 0800 9792345

Fax: (61) 3414-2553

Internet: <http://www.bcb.gov.br>